

**RESOLUÇÃO CEPE/IFSC Nº40 06 DE JULHO DE 2020.**

Aprova *ad referendum* a alteração de PPC e dá outras providências.

O PRESIDENTE do COLEGIADO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA – CEPE, de acordo com a Lei que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, LEI 11.892/2008, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 9º do Regimento Interno do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Santa Catarina RESOLUÇÃO Nº 18/2013/CONSUP, pela competência delegada ao CEPE pelo Conselho Superior através da RESOLUÇÃO Nº 17/2012/CONSUP, e de acordo com as competências do CEPE previstas no artigo 12 do Regimento Geral do Instituto Federal de Santa Catarina RESOLUÇÃO Nº 54/2010/CS;

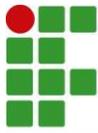
**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar *ad referendum* a alteração de PPC de Especialização em Gestão Pública na Educação Profissional e Tecnológica– Cerfead, conforme anexos, e revogar a Resolução nº 87/2018/CEPE/IFSC que trata do referido curso:

Nº	Câmpus	Curso				Carga horária	Vagas por turma	Vagas totais anuais	Turno de oferta
		Nível	Modalidade	Status	Curso				
1.	Cerfead	Pós -Graduação Lato Sensu	EaD	Alteração	Especialização em Gestão Pública na Educação Profissional e Tecnológica	405 horas	60	300	Conforme demanda

Florianópolis, 06 de julho de 2020.

**LUIZ OTÁVIO CABRAL**  
Presidente do CEPE do IFSC  
(Autorizado conforme despacho no processo nº 23292.011946/2020-17)



## ALTERAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

### DADOS DO CAMPUS

1 Campus: CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E APOIO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CERFEAD

2 Departamento: Gestão Pública

3 Contatos/Telefone do campus: (48) 3131 8800 / 31318813

### DADOS DO CURSO

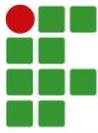
4 Nome do curso: Pós-Graduação Latu Sensu - Especialização em Gestão Pública na Educação Profissional e Tecnológica

5 Número da Resolução do Curso: RESOLUÇÃO CEPE/IFSC No 087 DE 13 DE SETEMBRO DE 2018.

6 Forma de oferta: a distância

### ITEM A SER ALTERADO NO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO:

- 1 - **Item 1.4: Contextualização da IES. (atualização normativa)**
- 2 - **Item 1.5: Centro de Referência em Formação e Apoio à Educação a Distância – CERFEAD** (atualização normativa e inserção de texto complementar)
- 3 - **Item 2: Quadro Dados do Curso** (alteração da carga horária de 420 horas para 405 horas, sendo 375 horas de unidades curriculares obrigatórias e 30 horas para o Trabalho de Conclusão de Curso; alteração do número de vagas, de até 360 vagas para até 300 vagas.
- 4 - **Item 2.1: Requisitos Legais** (atualização normativa)
- 5 - **Item 2.2: Parceria Externa para realização do curso** (inserção de texto complementar)
- 6 - **Item 3.1: Justificativa da oferta do curso** (atualização normativa; alteração textual; inserção de texto complementar)
- 7 - **Item 3.2: Objetivos do curso** (alteração textual)
- 8 - **Item 3.2.2: Objetivos específicos** (alteração textual)
- 9 - **Item 3.3: Contribuições para o Egresso** (alteração textual)
- 10 - **Item 3.4 Público-alvo** (alteração textual)
- 11 - **Item 3.5 Ingresso no curso** (alteração textual)
- 12 - **Item 3.6 Desligamento do discente** (atualização normativa)
- 13 - **Item 4.1 Metodologia** (alteração textual)
- 14 - **Item 4.2 Matriz Curricular** (alteração textual)
- 15 - **Item 4.5 Avaliação do Processo de Ensino Aprendizagem** (atualização normativa; alteração textual)
- 16 - **Item 4.6 Trabalho de Conclusão de Curso** (alteração textual)
- 17 - **Item 5.1 Coordenador do Curso** (atualização)



- 18 - **Item 5.6 Colegiado do Curso** (alteração textual)  
19 - **Item 6.4 Suportes midiáticos** (alteração textual)

## **DESCREVER E JUSTIFICAR A ALTERAÇÃO PROPOSTA:**

### **1 - Item 1.4: Contextualização da IES**

Atualização normativa: inserida menção ao Regimento Interno do CERFEaD, aprovado por meio da Resolução CONSUP nº 03/2020.

### **2 - Item 1.5: Centro de Referência em Formação e Apoio à Educação a Distância – CERFEAD**

Atualização normativa: inserida menção ao Plano de Desenvolvimento institucional 2020/2024 e inserção de texto complementar referente ao planejamento estratégico do Cerfead, o qual definiu-se a oferta de cursos como foco na formação para atuação na EPT.

### **3 - Item 2: Quadro Dados do Curso**

Alteração da carga horária de 420 horas para 405 horas, sendo 375 horas de unidades curriculares obrigatórias e 30 horas para o Trabalho de Conclusão de Curso, considerando:

- a criação do Grupo de Trabalho para a revisão do referido Projeto Pedagógico, por meio da Portaria nº 2976, de 10 de setembro de 2019;
- que desde a primeira oferta, o curso vem recebendo aprimoramentos e, em 2018, o PPC originalmente aprovado sofreu a primeira alteração formal, especialmente voltada à duração do curso e à atualização normativa; em 2019, considerando as experiências das ofertas anteriores, as necessidades de ajustes apontadas pelos egressos nas pesquisas a eles aplicadas, bem como a possibilidade de aproximação ainda maior com as demandas do público alvo dada a dinâmica do contexto, os docentes da área de gestão pública do Cerfead, em consenso, apontaram para a oportunidade e conveniência para a formação de um grupo de trabalho multidisciplinar voltado à atualização do PPC do curso;
- que o grupo de trabalho pautou sua atuação em, primeiramente, identificar as competências do seu público alvo, para confirmá-las ou atualizá-las e, conseqüentemente, ajustar ou manter as áreas de conhecimento abordadas no PPC, verificando o alinhamento entre as unidades curriculares e ementas com as competências que o aluno necessita desenvolver.
- que a metodologia utilizada para o levantamento e avaliação das competências considerou a didática profissional, com base teórica específica. Construído um plano de trabalho, os membros realizaram diversas entrevistas e dinâmicas de grupo para delimitar os grandes eixos de atuação do público alvo e as respectivas competências.
- que foram identificados e Delimitaram-se três grupos de competências: gestão, técnico administrativo e de relacionamento interpessoal. Como resultado desta



etapa, as unidades curriculares foram re-elaboradas, com o surgimento de novas e a manutenção ou ajuste de outras, e um novo encadeamento foi então construído.

- o disposto na Resolução CONSUP/IFSC n. 24 de 23 de outubro de 2019 – Regulamenta os processos acadêmicos dos programas de pós-graduação lato sensu do IFSC, especificamente em relação ao número de horas calculado para cada unidade curricular: as unidades curriculares foram atualizadas para múltiplos de 15 horas.

#### **4 - Item 2.1: Requisitos Legais**

Atualização normativa: inserida menção à Resolução CONSUP/IFSC n. 24 de 23 de outubro de 2019 – Regulamenta os processos acadêmicos dos programas de pós-graduação lato sensu do IFSC e à Resolução CONSUP/IFSC nº 03/2020 - Regimento interno do CERFEaD.

#### **5 - Item 2.2: Parceria Externa para realização do curso**

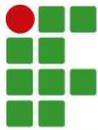
Inserção de texto complementar que enfatiza a oferta regular do curso pelo CERFEAD – IFSC em parceria com os câmpus do IFSC, e que a possibilidade de oferta a outros Institutos Federais e demais instituições depende de convênio ou termo de cooperação que deverá ser celebrado entre as partes. Ressalta que a partir desses convênios, mais turmas, portanto mais vagas, serão ofertadas, considerando sempre o Plano de Oferta de Cursos e Vagas - POCV do CERFEAD.

#### **6 - Item 3.1: Justificativa da oferta do curso**

Atualização normativa: inserida menção ao PDI 2020/2024.

Alteração textual: para maior coerência com o novo projeto pedagógico, conforme quadro a seguir:

<b>De</b>	<b>Para</b>
"O Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública na Educação Profissional e Tecnológica a contribuir com o percurso formativo dos servidores públicos, sobretudo atendendo às especificidades das instituições de Educação Profissional"	O Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública na Educação Profissional e Tecnológica propõe-se a contribuir com o percurso formativo dos servidores públicos, sobretudo atendendo às especificidades da gestão administrativa de instituições públicas de Educação Profissional e Tecnológica."
"Destaca-se, ainda, que em Santa Catarina não há a oferta similar do curso aqui proposto, considerando-se a especificidade de formação em Gestão Pública voltada à Educação Profissional e Tecnológica e às especificidades que esta área do serviço público demanda."	"Destaca-se, ainda, que não há no país a oferta similar do curso aqui proposto, considerando-se a especificidade de formação em Gestão Pública voltada à Educação Profissional e Tecnológica e às especificidades que esta área do serviço público demanda para a gestão



	administrativa dessas instituições."
"A presente proposta visa dar continuidade a essa trajetória de formação, voltando-se às especificidades da EPT. Espera-se, assim, contribuir para a consolidação da Meta 19 do Plano Nacional da Educação, que tem como desafio "assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto" (PNE, 2014, p. 59)."	"A presente proposta visa dar continuidade a essa trajetória de formação, voltando-se às especificidades da EPT e à inserção do aluno nas atividades laborais de referência, que representam as competências em ação, unindo a teoria aos desafios reais que o egresso enfrentará no contexto do gestor administrativo de uma instituição pública de EPT."

Inserção de texto complementar: acerca da produção e conclusões do Grupo de Trabalho, conforme citado no n.3, Item 2.

### 7 - Item 3.2: Objetivos do curso

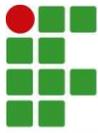
Alteração textual para maior coerência com o novo projeto pedagógico, conforme quadro a seguir:

De	Para
Capacitar para atuação na área de Gestão Pública, com ênfase na gestão de instituições públicas de Educação Profissional e Tecnológica.	Capacitar para atuação na área de Gestão Pública, com ênfase na gestão administrativa de instituições públicas de Educação Profissional e Tecnológica.

### 8 - Item 3.2.2: Objetivos específicos

Alteração textual para maior coerência com o novo projeto pedagógico, conforme quadro a seguir:

De	Para
a) atuar na Gestão Pública considerando a realidade social, política e econômica,	3.2.2 Objetivos específicos: a) atuar na Gestão Pública para a

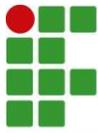


<p>na qual essa função está inserida; b) ampliar a reflexão crítica e a pró-atividade por meio da relação entre teoria e prática na área de Gestão Pública; c) desenvolver a cultura da profissionalização da gestão nas Instituições da Educação Profissional, sobretudo na rede EPT; d) promover a eficiência da gestão das instituições da rede EPT para o alcance das políticas públicas sob sua responsabilidade. e) estudar a estrutura e o funcionamento da Educação Profissional no Brasil, em especial, nas instituições que compõem a Rede Federal de EPT.</p>	<p>execução de políticas públicas e promoção da eficiência e inovação considerando a realidade social, política e econômica, na qual essa função está inserida; b) aprimorar a gestão de pessoas e o relacionamento interpessoal na gestão das instituições federais de EPT e ampliar a reflexão crítica e a pró-atividade por meio da relação entre teoria e prática na área de Gestão Pública; c) implementar a governança pública e desenvolver a cultura da liderança e profissionalização da gestão nas Instituições da Educação Profissional, sobretudo na rede federal EPT; e d) conhecer e compreender a história, concepção, estrutura e o funcionamento das instituições da Educação Profissional no Brasil, em especial, nas instituições que compõem a Rede Federal EPT.</p>
--	--

### 9 - Item 3.3: Contribuições para o Egresso

Alteração textual para maior coerência com o novo projeto pedagógico, conforme quadro a seguir:

<b>De</b>	<b>Para</b>
<p>Após a conclusão do curso, espera-se que o profissional exerça suas funções na área de Gestão Pública transformando sua forma de trabalho e a realidade em que atua, a partir dos conceitos apreendidos no curso. Espera-se que, ao final da formação, o egresso esteja apto a: a) desempenhar com competência ações em instituições públicas, especialmente naquelas voltadas à educação profissional; b) aplicar instrumentos de gestão e legislação relacionados ao funcionamento das instituições de educação profissional e tecnológica;</p>	<p>Após a conclusão do curso, espera-se que o profissional exerça suas funções como gestor na área administrativa de instituições públicas de EPT ou em funções públicas ou privadas que se relacionam com esta, transformando sua forma de trabalho e a realidade em que atua, a partir dos conceitos apreendidos no curso. Espera-se que, ao final da formação, o egresso esteja apto a: a) desempenhar com competência ações para planejamento e execução de políticas e projetos públicos em instituições públicas, especialmente naquelas voltadas à educação</p>



b) trabalhar com equipes multifuncionais;  
e) fortalecer a cultura da profissionalização da gestão nas instituições de educação profissional.

profissional;  
b) aplicar instrumentos de gestão e legislação relacionados ao funcionamento das instituições públicas de educação profissional e tecnológica;  
c) trabalhar com equipes multifuncionais;  
d) fortalecer a governança pública e a cultura da profissionalização e inovação na gestão nas instituições públicas de educação profissional; e  
e) atuar na iniciativa privada em atividades relacionadas à gestão pública.

#### 10 - Item 3.4 Público-alvo

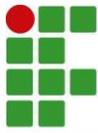
Alteração textual: enfoque no público alvo em maior espectro (servidores da rede) e na atuação (em gestão) para melhor alinhamento entre a oferta a demanda, conforme quadro a seguir:

De	Para
Graduados, preferencialmente servidores da Rede EPT e de instituições de educação profissional, servidores públicos em geral ou profissionais que visam desenvolver pesquisas ou projetos que envolvam a gestão em educação profissional e tecnológica.	Servidores da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que buscam formação para atuar como gestores administrativos em instituições públicas de EPT.

#### 11 - Item 3.5 Ingresso no curso

Alteração textual para maior coerência com o público alvo, conforme quadro a seguir:

De	Para
O processo de seleção será por sorteio público, com critérios a serem publicados em edital específico, do qual constará o curso com as respectivas vagas, prazos e documentação exigida, instrumentos, critérios de seleção e demais informações necessárias.	O processo de seleção será por sorteio público, com critérios a serem publicados em edital específico, do qual constará o curso com as respectivas vagas, prazos e documentação exigida, instrumentos, critérios de seleção com priorização do público alvo e demais informações necessárias.



## 12 - Item 3.6 Desligamento do discente

Atualização normativa, conforme Resolução CONSUP 24/2019.

## 13 - Item 4.1 Metodologia

Alteração textual, abordando o processo reelaboração do PPC do curso conforme descrito no item 3.1 e os principais resultados, quais sejam:

- inserção de quadro com a nova composição das unidades curriculares conforme os eixos do curso. A sequência das Unidades Curriculares ofertadas foi pensada para possibilitar a realização de atividades avaliativas interdisciplinares sempre com o objetivo principal de apresentar o conteúdo programático (teorias, legislações e processos) previsto nas ementas e aplicá-los por meio de atividades práticas, simuladas ou não, no contexto da gestão de instituições públicas de EPT;
- menção às atividades integradas (webconferências integradas, análise de casos práticos e simulação de processos de reflexão e de tomadas de decisão do gestor bem como o planejamento de projetos), ao longo do curso, para solução de problemas reais resultando no trabalho de conclusão de curso, preferencialmente, na forma de relatório técnico;
- estruturação do curso com uma carga horária total de 405 horas, sendo 375 horas compostas pelas Unidades Curriculares e 30 horas referentes ao Trabalho de Conclusão de curso
- disponibilização ao aluno de materiais didáticos produzidos pelos próprios professores e equipe de Materiais do Cerfead, utilizando e disponibilizando a bibliografia básica indicada na relação das unidades curriculares, além de outros materiais disponíveis da internet. Ainda assim, o aluno poderá requisitar os livros indicados na bibliografia básica ou complementar no acervo físico do IFSC, ou consultar materiais na íntegra por meio do acervo virtual do IFSC na internet, conforme link disponibilizados no PPC ou nos Planos e Ensino.

## 14 - Item 4.2 Matriz Curricular

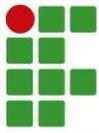
Alteração textual; descrição da matriz curricular conforme a relação de unidades curriculares descritas no item anterior; ajuste da carga horária conforme as regras da resolução CONSUP 24/2019.

## 15 - Item 4.5 Avaliação do Processo de Ensino Aprendizagem

Atualização normativa, conforme Resolução Consup 24/2019. Inserção dos pesos das atividades online e da avaliação presencial na nota final da unidade curricular para padronização no curso.

## 16 - Item 4.6 Trabalho de Conclusão de Curso

Alteração textual: previsão de duas alternativas de TCC: o relatório técnico e o artigo científico, considerando as especificidades da EaD e a conexão com os conhecimentos e ferramentas apresentados na Unidade Curricular de Gestão de Projetos, no intuito de trazer ao aluno maior proximidade com a experiência de gestão de problemas reais no contexto da sua área de atuação.



**17 - Item 5.1 Coordenador do Curso**

Atualização com os dados da atual Coordenação.

**18 - Item 5.6 Colegiado do Curso**

Alteração textual para reforçar o papel decisório dos professores da área, considerando que não há colegiado constituído.

**19 - Item 6.4 Suportes midiáticos**

Alteração textual para indicar a existência do estúdio de gravação de vídeo aulas para a produção de aulas expositivas, orientações para atividades avaliativas e outras finalidades.

Florianópolis, 31 de março de 2020.

Assinatura da Direção do Campus

**ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA NA  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
CERFEAD – PROEN/IFSC**  
*Lato Sensu*

**Florianópolis, Março de 2020.**

---



## SUMÁRIO

1.1 Mantenedora .....	4
1.2 Mantida – câmpus proponente.....	4
1.3 Nome dos responsáveis/representantes pelo projeto/oferta .....	4
1.4 Contextualização da IES .....	5
1.5 Centro de Referência em Formação e Apoio à Educação a Distância – CERFEAD .....	8
<b>2 DADOS DO CURSO.....</b>	<b>9</b>
2.1 Requisitos Legais .....	10
2.2 Parceria externa para a realização do curso .....	11
2.3 Dados para preenchimento do certificado.....	11
<b>3 ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO .....</b>	<b>11</b>
3.1 Justificativa da oferta do curso .....	11
3.2 Objetivos do curso .....	17
3.2.1 Objetivo geral:.....	17
3.2.2 Objetivos específicos:.....	17
3.3 Contribuições para o egresso .....	17
3.4 Público alvo .....	18
3.5 Ingresso no curso .....	18
3.6 Desligamento do discente .....	18
3.7 Critérios de reingresso.....	19
<b>4 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO.....</b>	<b>19</b>
4.1 Metodologia .....	19
4.2 Matriz Curricular .....	23
4.3 Componentes curriculares .....	24
4.4 Atividades complementares .....	38
4.5 Avaliação do Processo de Ensino Aprendizagem .....	38
4.6 Trabalho de Conclusão de Curso .....	41
4.7 Atividades de EAD.....	42
4.8 Critérios de aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente.....	43
4.9 Incentivo a pesquisa, a extensão e a produção científica e tecnológica.....	44
<b>5 CORPO DOCENTE E TUTORIAL .....</b>	<b>45</b>
5.1 Coordenador do Curso .....	45
5.2 Vice-coordenador do Curso .....	45
5.3 Secretário do Curso .....	45
5.4 Corpo Docente Interno.....	45
5.5 Corpo Docente Externo .....	46
5.6 Colegiado do Curso .....	46

<b>6 INFRAESTRUTURA FÍSICA .....</b>	<b>47</b>
<b>6.1 Instalações gerais e equipamentos .....</b>	<b>47</b>
<b>6.2 Polos de apoio presencial ou estrutura multicampus (para cursos EAD).....</b>	<b>47</b>
<b>6.3 Sala de tutoria (para cursos EAD) .....</b>	<b>48</b>
<b>6.4 Suportes midiáticos (para cursos EAD ou para contemplar os 20% da carga horária em EaD nos cursos presenciais) .....</b>	<b>48</b>
<b>6.5 Biblioteca .....</b>	<b>49</b>
<b>7 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO .....</b>	<b>51</b>
<b>8 AUTORIZAÇÃO DA OFERTA DO CURSO .....</b>	<b>52</b>
<b>9 ANEXO .....</b>	<b>52</b>

## 1.DADOS DA IES

### 1.1 MANTENEDORA

**Nome da mantenedora:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

**Endereço:** Rua 14 de Julho

**Número:** 150

**Bairro:** Coqueiros

**Cidade:** Florianópolis

**Estado:** SC

**CEP:** 88075-010

**CNPJ:** 11.402.887/0001-60

**Telefone(s):** (48) 3877-8800

**Ato legal:** Lei no 11.892/2008

**Endereço WEB:** <http://www.ifsc.edu.br/>

**Reitor(a):** Maria Clara Kaschny Schneider

### 1.2 MANTIDA – CÂMPUS PROPONENTE

**Nome da mantida:** Centro de Referência em Formação e EaD / PROEN

**Endereço:** Rua Duarte Schutel

**Número:** 99

**Bairro:** Centro

**Cidade:** Florianópolis

**Estado:** SC

**CEP:** 88015-640

**CNPJ:** 11.402.887/0001-60

**Telefone(s):** (48) 3131-8800

**Ato legal:** Resolução 42/2013 e Resolução 08/2014 – CONSUP/IFSC

**Endereço WEB:** <http://www.ifsc.edu.br/>

**Diretor(a) geral:** Fabiana Bohm Gramkow

### 1.3 NOME DOS RESPONSÁVEIS/REPRESENTANTES PELO PROJETO/OFERTA

**Nome:**

Giselle Floriano Coelho

**Email:**

giselle.coelho@ifsc.edu.br

**Fone:** (48)

3131-8805

**Nome:**

Amilton Luiz Rabello

**Email:**

amilton@ifsc.edu.br

**Fone:** (48)

3131-8813

Grupo de Trabalho: GT criado pela Portaria do(a) Reitor(a) N° 959, de 28 de fevereiro de 2020:

AMILTON LUIZ RABELLO – Cerfead/ Reitoria

ÉRICO DE ÁVILA MADRUGA – Cerfead/ Reitoria

FABIANA BÖHM GRAMKOW – Cerfead/ Reitoria

FELIPE DA ROSA QUINTÃO – Cerfead/ Reitoria

GISELLE FLORIANO COELHO – Cerfead/ Reitoria

MARIA LUÍSA HILLESHEIN DE SOUZA – Cerfead/ Reitoria

NILO OTANI – Cerfead/ Reitoria

CRISLAINE GRUBER – Cerfead/ Reitoria

#### 1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é uma instituição pública de educação profissional, que tem por finalidade ofertar formação e qualificação em diversas áreas, nos vários níveis e modalidades de ensino, incluindo a formação docente, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com diversos setores da sociedade catarinense.

A Instituição é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Possui uma reitoria, 22 campi e o Centro de Referência em Formação e EaD - Cerfead. Foi criado em Florianópolis por meio do decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, como Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina. Esse decreto instaurou uma rede de 19 Escolas de Aprendizes Artífices em todo o país. Nesse início, a instituição oferecia, além do ensino primário, formação em desenho, oficinas de tipografia, encadernação e pautaço, cursos de carpintaria da ribeira, escultura e mecânica.

Em 1.937, por meio da lei nº 378, a instituição mudou de nome e status, para Liceu Industrial de Florianópolis e, cinco anos mais tarde (Decreto-lei nº 4.127, de 23 de fevereiro de 1942), transformou-se em Escola Industrial de Florianópolis. Com isso, começou a oferecer cursos industriais básicos e cursos de mestría. A nomenclatura mudou novamente em 1965, passando a denominar-se Escola Industrial Federal de Santa Catarina (EIF-SC).

A partir de 1968, a instituição tornou-se Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC). Naquela época, começou o processo de extinção gradativa do curso ginasial industrial, por meio da supressão da matrícula de novos alunos na primeira série. O objetivo era especializar a escola em Cursos Técnicos de Segundo Grau (atual ensino Técnico Integrado), o que passou a ocorrer a partir de 1971, após a edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971).

Em 1988, a escola iniciou a oferta dos cursos de Telecomunicações e de Refrigeração e Ar Condicionado, em São José, na região metropolitana da capital. Três anos depois, a instituição inaugurou a Unidade São José, em instalações próprias, a primeira unidade de ensino do atual IFSC fora da capital catarinense.

Em 1994, foi implantada a terceira unidade de ensino da instituição, a primeira no interior de Santa Catarina, na cidade de Jaraguá do Sul, região norte do estado. Um ano depois, passou a ser oferecido, no município de Joinville, o Curso Técnico em Enfermagem, como extensão da Unidade Florianópolis.

Um Decreto presidencial de 27 de março de 2002 criou o Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET-SC), oferecendo cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação lato sensu (especialização).

Em 2005, com a Lei nº11.195, teve início em todo o país um processo de interiorização e expansão das instituições federais de educação profissional e tecnológica.

Um ano depois, como parte dessa política de criação de novas escolas técnicas no Brasil, o CEFET-SC implantou três novas unidades de ensino, que hoje são campi do IFSC. Uma delas, a Unidade Continente (atual Campus Florianópolis-Continente), foi instalada na área continental de Florianópolis, como federalização de uma escola privada de gastronomia, criada pelo Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), oferecendo cursos na área de turismo e hospitalidade. As outras duas unidades foram implantadas no interior: em Chapecó, no Oeste de Santa Catarina, e em Joinville, no Norte.

Também em 2006, a instituição passou a oferecer o curso Técnico em Pesca, o primeiro em pesca marítima do país, na cidade de Itajaí, litoral norte catarinense, vinculado à Unidade Florianópolis Continente. A sétima unidade de ensino do CEFET/SC começou as atividades em fevereiro de 2008, em Araranguá, na região sul de Santa Catarina.

Em março de 2008, uma votação que envolveu professores, servidores técnico-administrativos e estudantes o então CEFET/SC aprovou a transformação da instituição para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). O projeto de lei que definiu a mudança foi aprovado pela Câmara Federal e pelo Senado e sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 29 de dezembro de 2008. Em 2009, tiveram início as primeiras aulas de cursos de qualificação no Campus Xanxerê, federalizado a partir de antiga instituição do PROEP.

No ano de 2010, o IFSC ampliou a sua atuação no estado com mais sete campi: Caçador, Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Geraldo Werninghaus (localizado em Jaraguá do Sul) e Palhoça Bilíngue (Libras/Português). Já em 2011, começaram as

atividades em Garopaba, Lages, São Miguel do Oeste e Urupema. Nesse mesmo ano, foi inaugurada a sede própria da Reitoria do IFSC, na área continental de Florianópolis. Com a terceira fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, foi anunciada pelo Governo Federal a construção do Campus Tubarão. O IFSC possui em 2018 mais de 30.000 alunos e aproximadamente 2.500 servidores, sendo 1.400 professores.

Paralelamente, cabe descrever a história da Educação a Distância (EaD) no IFSC, a qual teve início em 2000, quando a Unidade São José ofereceu o primeiro Curso Básico em Refrigeração na modalidade a distância. Em 2002, a Unidade Florianópolis ofereceu o primeiro curso Técnico em Eletrotécnica a distância e em 2009, por meio do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), foi iniciado o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Em 2007, o CEFET-SC também aderiu ao programa Escola Técnica Aberta do Brasil (eTEC Brasil/MEC), implantando o Curso Técnico em Informática para Internet. Atualmente (2018), o IFSC tem parceria com 37 polos de apoio presencial localizados em diferentes municípios de Santa Catarina e de outros estados brasileiros, como Rio Grande Sul, Paraná e São Paulo.

A Lei Nº 11.892 de 29/12/2008 que instituiu a Rede Federal de EPCT estabelece, no seu Inciso VI, que os Institutos deverão qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências às instituições públicas de ensino oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino. Somando a essa demanda legal a Portaria nº 1291/2013 em seu artigo 5º estabelece as diretrizes para a organização dos Institutos e define parâmetros e normas para sua expansão, possibilitando a criação dos Centros de Referência vinculados às Reitorias para o desenvolvimento de planos, programas e projetos relacionados à EPCT. Considerando esse contexto legal o Instituto Federal de Santa Catarina durante o primeiro semestre de 2013 promoveu um participativo debate em toda a instituição e aprovou em agosto de 2013 no CONSUP a criação do Centro de Referência em Formação e EaD - CERFEaD - responsável pela formação de professores e gestores para a Rede Federal EPT além da promoção da institucionalização da EaD no IFSC. Para a implantação deste Centro foi aprovada uma modificação no marco regulatório da instituição, especialmente no Regimento Geral, através da Resolução CONSUP 08/2014 e, em 2019, foi aprovado o Regimento Interno do CERFEaD por meio da Resolução CONSUP nº 03/2020.

## 1.5 CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E APOIO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CERFEAD

O Centro de Referência em Formação e EaD está vinculado à Pró-Reitoria de Ensino e atua na implementação e consolidação da Política de Formação do IFSC. Sua finalidade compreende: a formação e qualificação dos servidores do IFSC para o exercício de suas atividades, conforme as finalidades previstas na lei de criação dos IF; a formação dos servidores da rede pública de ensino para atender as diretrizes estabelecidas em lei; a ampliação e consolidação da oferta formativa dos campi do IFSC por meio da EaD, utilizando-se de metodologias inovadoras e sempre articuladas aos objetivos e metas institucionais.

Os Institutos Federais estão organizados em Rede e foram planejados para apresentar uma estrutura verticalizada de oferta de educação profissional, compreendendo um espectro que se inicia nos cursos de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores (FIC), passando pelos cursos técnicos de nível médio, até alcançar os estudos em nível de graduação e pós-graduação.

O IFSC, conforme previsto em sua lei de criação e também no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020/2024, deverá garantir o mínimo de: 50% de suas vagas para ministrar educação profissional técnica de nível médio, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; e 20% de suas vagas para programas especiais de formação pedagógica, com o objetivo de formar professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. A instituição possui a prerrogativa de atuar na educação profissional, desde a básica até a educação superior, em diferentes níveis e modalidades de ensino, atendendo a diversos eixos tecnológicos e áreas de conhecimento.

O CERFEAD oferece, em atuação conjunta com os campi através de seus Núcleos de Educação à Distância (NEADs) e demais polos de apoio presencial, cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação, definidos em seu Plano de Oferta de Cursos e Vagas, constante do PDI do IFSC. Funciona, em sede provisória, num prédio locado no Centro de Florianópolis, na Rua Duarte Schutel, 99.

Em seu planejamento estratégico, definiu-se a oferta de cursos como foco na formação para atuação na EPT - docência e gestão - em um itinerário formativo que vai

desde a ambientação dos servidores até o doutorado profissional. Dentre os cursos já oferecidos, além de uma grande quantidade de cursos de qualificação, para servidores, professores das redes estadual e municipal, público em geral, estão:

- Técnico Subsequente em Informática para Internet
- Superior de Tecnologia em Gestão Pública
- Especialização em Educação de Jovens e Adultos
- Especialização para a Diversidade com ênfase em EJA
- Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na

Modalidade EJA (Proeja)

- Especialização em Ensino de Ciências
- Especialização em Gestão em Saúde
- Especialização em Gestão Pública
- Especialização em Gestão Pública Municipal
- Especialização em Ensino Integrado de Filosofia, Geografia, História e

Sociologia

- Especialização em Mídias na Educação
- Especialização em Formação Pedagógica para Docência na Educação

Profissional (Projeto SETEC-MEC – Parceria com o IFF)

- Especialização em Perícia de Acidentes de Trânsito
- Especialização em Docência na Educação Profissional
- Especialização em Gestão Pública para a Educação Profissional e

Tecnológica

- Especialização em Tecnologia para a Educação Profissional
- Mestrado em Educação Profissional.

## 2 DADOS DO CURSO

<b>Nome do curso:</b> Especialização em Gestão Pública na Educação Profissional e Tecnológica
<b>Modalidade:</b> a distância
<b>Área:</b> 6.02.00.00-6 Administração/ 6.02.02.00-9 Administração Pública
<b>Carga Horária:</b> Unidades Curriculares obrigatórias: 375 horas Trabalho de Conclusão de Curso: 30 horas

Carga horária Total do Curso: 405 horas
<b>Periodicidade:</b> Anual
<b>Período:</b> 12 meses
<b>Número de vagas:</b> até 300 vagas, compostas em turmas de até 60* alunos cada
<b>Horário e frequência das aulas:</b> Encontros síncronos via webconferência e provas presenciais conforme cronograma, no período vespertino ou noturno, conforme definido em cada oferta e indicado no edital de ingresso.

\* Considerando a evasão inicial média de 30 a 35% dos estudantes matriculados nas turmas de 2016 a 2019, verifica-se a possibilidade de turmas com até 60 alunos. Posteriormente, conforme execução e avaliação do plano de permanência e êxito do CERFEaD, esse quantitativo poderá ser reduzido a cada oferta anual.

## 2.1 REQUISITOS LEGAIS

### Normas Federais

- Lei no 9.394/96 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Lei No 10.861/2004 – Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES;
- Decreto 5.773/2006 – Regulamenta a Lei 10.861/2004.
- Decreto No 2.494/1998 – Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96) sobre EaD;
- Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017 – Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- Decreto No 5.622, DE 19 de dezembro de 2005, que Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Resolução CES/CNE No 1/2001 – Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação;
- Resolução CNE/CES no 1, de 8 de junho de 2007 – Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização;
- Resolução CNE/CEB nº 1, de 6 de Abril de 2018 – Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências

### Documentos Institucionais:

- Resolução No 41, de 20 de novembro de 2014, que aprova o Regulamento Didático Pedagógico do IFSC;
- Plano de Desenvolvimento Institucional IFSC – 2020/2024;
- Resolução CEPE/IFSC nº 48 de 12 de junho DE 2018. Altera as diretrizes de funcionamento dos programas de pós-graduação lato sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC);
- Resolução CONSUP/IFSC n. 24 de 23 de outubro de 2019 – Regulamenta os

processos acadêmicos dos programas de pós-graduação lato sensu do IFSC;

- Resolução CONSUP/IFSC nº 03/2020 - Regimento interno do CERFEaD

## 2.2 PARCERIA EXTERNA PARA A REALIZAÇÃO DO CURSO

Este Curso será ofertado pelo CERFEAD – IFSC como oferta regular em parceria com os câmpus do IFSC. Está aberta, também, a possibilidade de oferta a outros Institutos Federais e demais instituições, mediante convênio ou termo de cooperação que deverá ser celebrado entre as partes. Todavia, cada convênio será tramitado nas instâncias do IFSC, seguindo as normas próprias, considerando as respectivas contrapartidas.

Tal parceria considerará a participação de técnicos administrativos, apoio à tutoria, bem como a colaboração de docentes voltada para a execução das atividades do curso quanto à docência e orientação de TCC e outras eventuais contrapartidas necessárias.

A partir desses convênios, mais turmas, portanto mais vagas, serão ofertadas, considerando sempre o POCV (plano de oferta de cursos e vagas) do CERFEAD.

## 2.3 DADOS PARA PREENCHIMENTO DO CERTIFICADO

Ao final do Curso, cumpridos todos os requisitos de integralização, o aluno receberá um Certificado de Pós-Graduação, devidamente registrado pelo IFSC com validade nacional, com o título de “Especialista em Gestão Pública na Educação Profissional e Tecnológica”, conforme legislação vigente. Os demais dados serão de acordo com o padrão institucional.

# 3 ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO

## 3.1 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

A profissionalização da gestão pública, por meio da valorização e capacitação do servidor, é uma das formas de qualificar o atendimento ao cidadão, assegurando a otimização de recursos públicos e, principalmente, o atingimento da atividade fim dos órgãos públicos com eficiência e efetividade.

Ainda, o fortalecimento das instituições passa pela adaptação de inovações tecnológicas e pelo esforço dos profissionais na incorporação de novas práticas

gerenciais. Nesse sentido, destaca-se a definição contida no Plano Diretor da Reforma Estatal (PDRAE, 1995): Administração Pública Gerencial - Emerge na segunda metade do século XX, como resposta, de um lado, à expansão das funções econômicas e sociais do Estado, e, de outro, ao desenvolvimento tecnológico e à globalização da economia mundial, uma vez que ambos deixaram à mostra os problemas associados à adoção do modelo anterior.

A eficiência da administração pública – a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário – torna-se então essencial. A reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações.

Martins (2010, p. 5) ressalta que o universo que compõe a Gestão Pública brasileira “é formado por mais de 5.560 governos municipais, 100 mil organizações públicas, 54 mil conselhos de políticas em cerca de 40 temas, 500 mil dirigentes públicos, oito milhões de servidores e um incontável número de parceiros”. Verifica-se, assim, a necessidade da capacitação desse imenso quantitativo de gestores e servidores para a atuação eficiente, responsável e sustentável da administração pública.

Com os novos desafios da Gestão Pública, voltada para a otimização de recursos com foco na oferta de serviços com alta qualidade, faz-se necessária a profissionalização e capacitação dos servidores para que tenham condições de contribuir e alcançar os objetivos dos órgãos aos quais estão vinculados. No que tange à Gestão Pública para EPT, foco deste projeto, temos que refletir ainda sobre o aspecto da formação de profissionais com a visão acima citada, adicionada à sensibilidade no trato das questões educacionais que possuem nuances específicos.

O art. 3o do Decreto no 5497/2005, que dispõe sobre o provimento de cargos de direção e assessoramento da Administração Pública Federal, dispõe sobre a prioridade das capacitações gerenciais:

Art. 3o Os órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal deverão incluir em seus planos de capacitação ações voltadas à habilitação de seus servidores para o exercício de cargos de direção e assessoramento superiores, as quais terão, na forma do art. 9o da Lei no 7.834, de 6 de outubro de 1989, prioridade nos programas de desenvolvimento de recursos humanos na administração pública federal.

A Lei de Criação dos Institutos Federais faculta a possibilidade de ofertar, em nível

de educação superior, “[...] d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento” (BRASIL, 2008)<sup>1</sup>.

Quanto à trajetória de formação do IFSC em Gestão Pública, a instituição possui experiência em ofertas de Pós-graduação na área desde 2006. Nesse ano e no seguinte foram abertas turmas em oferta própria, na modalidade presencial. Além disso, por meio do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), foram ofertadas novas turmas no período de 2008 a 2014 e retomadas em 2016, até os dias atuais, na modalidade EaD.

O documento destaca que:

A gestão democrática da educação deve ser capaz de envolver os sistemas e as instituições educativas e de considerar os níveis de ensino, as etapas e as modalidades, bem como as instâncias e mecanismos de participação coletiva. Para tanto, exige a definição de conceitos como autonomia, democratização, descentralização, qualidade e propriamente a participação, conceitos esses que devem ser debatidos coletivamente para aprofundar a compreensão e gerar maior legitimidade e concretude no cotidiano. (PNE, 2014, p. 59).<sup>2</sup>

Traz, ainda, como estratégias para o cumprimento da referida meta, as seguintes ações:

19.7) favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;  
19.8) desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão.

Em relação à articulação da proposta aqui apresentada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSC<sup>3</sup>, destaca-se que o presente projeto articula-se ao “Objetivo estratégico A1”, que propõe-se a “Atender os potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região”. Ainda, em relação à articulação desta proposta com o PDI, destaca-se o

---

<sup>1</sup> BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em 17 ago. 2016

<sup>2</sup> PNE. Planejando a Próxima Década. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE), 2014. Disponível em: [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf). Acesso em 04 ago. 2016

<sup>3</sup> IFSC. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2020/2014. Disponível em: <https://discovirtual.ifsc.edu.br/index.php/s/vIlxabFbpUZlqCf>. Acesso em 30 mar. 2020.

“Objetivo estratégico P1 - "Estruturar a oferta educativa a partir dos perfis do egresso e do potencial aluno.”

A Política de Formação do IFSC (Resolução CONSUP 45/2014) traz em seu art. 6º os seus objetivos, dos quais destacamos:

II – contribuir para a qualificação dos processos educacionais a partir das formações dos servidores das instituições de ensino;

III – contribuir com o processo de formação para a profissionalização da gestão pública;

IV – promover a valorização do profissional da educação, mediante ações de formação inicial e continuada que estimulem a permanência e a progressão na carreira;

A referida Política define ainda, em seu art. 8º, os programas para formação dos servidores, os quais se destacam seus incisos IV e V: Programa de Formação para a Gestão: desenvolvimento de projetos e ações que contribuam para a atuação em atividades de gestão, considerando a estrutura organizacional de gestão do IFSC; e Programa de Formação em Educação Profissional, Científica e Tecnológica: desenvolvimento de projetos e ações que qualifiquem a atuação no âmbito da EPT.

Em pesquisa de demanda com os servidores do IFSC, realizada pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) em 2015, identificou-se o interesse dos Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) por formações voltadas ao Desenvolvimento de Dirigentes (57,84%, representando um total de 214 TAEs de 370 respondentes). Quando solicitados a especificar a linha de desenvolvimento da área “Desenvolvimento de Dirigentes”, 49,19% (182 servidores) apontaram interesse em formação na área de “Gestão Administrativa”.

Do mesmo modo, o relatório da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFSC, em 2014, indicou como ponto a ser trabalhado e desenvolvido: “oportunizar condições de capacitação e pós-graduação para o desenvolvimento profissional docente, técnico e administrativo.”

Em 2015, a CPA do IFSC alertou como ponto crítico que merece intervenção significativa: “oportunizar condições de capacitação e pós-graduação para o desenvolvimento profissional docente e técnico-administrativo, permitindo um melhor desenvolvimento na carreira.”

Uma nova pesquisa de demanda foi realizada pela DGP em junho de 2018, a pedido do Cerfead, com o público dos servidores do IFSC e IFC. A amostra (404 respostas do IFSC e 205 do IFC) reafirma o interesse destes servidores na capacitação em Gestão Pública. A demanda mapeada nesta pesquisa aponta para a necessidade de se ampliar a divulgação desta oferta para toda a Rede – servidores estes que inclusive já fazem parte do público-alvo deste Projeto.

Assim, para o atendimento dessa demanda institucional de capacitação dos servidores do IFSC, da rede EPT e dos servidores da Educação Profissional em geral, e considerando que nenhum outro campus do IFSC atua nessa área de Gestão Pública da EPT e formação de servidores, o CERFEAD propõe o seguinte itinerário formativo em suas ofertas, articulado à presente proposta:

- I - ambientação e formação continuada para docentes e técnicos administrativos ingressantes na rede EPT;
- II - pós-graduação lato sensu em Gestão Pública na EPT e em formação docente na EPT;
- III - pós-graduação stricto sensu em nível de Mestrado e Doutorado profissionais em Educação Profissional e Tecnológica, com linhas de pesquisa em gestão e prática docente; e
- IV - outros cursos de formação inicial e continuada na área.

Dessa forma, este curso visa trabalhar os aspectos técnicos da Gestão Pública moderna aliados às peculiaridades de uma instituição pública de Educação Profissional Tecnológica. O Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública na Educação Profissional e Tecnológica propõe-se a contribuir com o percurso formativo dos servidores públicos, sobretudo atendendo às especificidades da gestão administrativa de instituições públicas de Educação Profissional e Tecnológica.

Destaca-se, ainda, que não há no país a oferta similar do curso aqui proposto, considerando-se a especificidade de formação em Gestão Pública voltada à Educação Profissional e Tecnológica e às especificidades que esta área do serviço público demanda para a gestão administrativa dessas instituições. Assim, espera-se ampliar as oportunidades de capacitação para servidores e gestores, com foco na qualidade do serviço público prestado pelas instituições. Busca-se, também, a efetividade da atuação do IFSC como instituição pública de Educação Profissional, Científica e Tecnológica,

quanto ao atendimento às demandas latentes e explícitas por formação profissional, em uma oferta que atenderá às diferentes regiões do estado, já que a oferta será feita na modalidade a distância, com turmas a serem abertas em diversas regiões do estado.

Desde a primeira oferta, o curso vem recebendo aprimoramentos e, em 2018, o PPC originalmente aprovado sofreu a primeira alteração formal, especialmente voltada à duração do curso e à atualização normativa. Em 2019, considerando as experiências das ofertas anteriores, as necessidades de ajustes apontadas pelos egressos nas pesquisas a eles aplicadas, bem como a possibilidade de aproximação ainda maior com as demandas do público alvo dada a dinâmica do contexto, os docentes da área de gestão pública do Cerfead, em consenso, apontaram para a oportunidade e conveniência para a formação de um grupo de trabalho multidisciplinar voltado à atualização do PPC do curso.

O grupo de trabalho pautou sua atuação em, primeiramente, identificar as competências do seu público alvo, para confirmá-las ou atualizá-las e, conseqüentemente, ajustar ou manter as áreas de conhecimento abordadas no PPC, verificando o alinhamento entre as unidades curriculares e ementas com as competências que o aluno necessita desenvolver.

A metodologia utilizada para o levantamento e avaliação das competências considerou a didática profissional, com base na obra de Wesselink.<sup>4</sup> Construído um plano de trabalho, os membros realizaram diversas entrevistas e dinâmicas de grupo para delimitar os grandes eixos de atuação do público alvo e as respectivas competências.

Delimitaram-se três grupos de competências: gestão, técnico administrativo e de relacionamento interpessoal. Como resultado desta etapa, as unidades curriculares foram reelaboradas, com o surgimento de novas e a manutenção ou ajuste de outras, e um novo encadeamento foi então construído.

A presente proposta visa dar continuidade a essa trajetória de formação, voltando-se às especificidades da EPT e à inserção do aluno nas atividades laborais de referência, que representam as competências em ação, unindo a teoria aos desafios reais que o egresso enfrentará no contexto do gestor administrativo de uma instituição pública de EPT.

---

<sup>4</sup> WESSELINK, R. et al. Models and principles for designing competence-based curricula, teaching, learning and assessment. In: MULDER, M. (Ed.). Competence-based Vocational and Professional Education: bridging the worlds of work and education. Springer, 2017.

## 3.2 OBJETIVOS DO CURSO

### 3.2.1 Objetivo geral:

Capacitar para atuação na área de Gestão Pública, com ênfase na gestão administrativa de instituições públicas de Educação Profissional e Tecnológica.

### 3.2.2 Objetivos específicos:

- a) atuar na Gestão Pública para a execução de políticas públicas e promoção da eficiência e inovação considerando a realidade social, política e econômica, na qual essa função está inserida;
- b) aprimorar a gestão de pessoas e o relacionamento interpessoal na gestão das instituições federais de EPT e ampliar a reflexão crítica e a pró-atividade por meio da relação entre teoria e prática na área de Gestão Pública;
- c) implementar a governança pública e desenvolver a cultura da liderança e profissionalização da gestão nas Instituições da Educação Profissional, sobretudo na rede federal EPT; e
- d) conhecer e compreender a história, concepção, estrutura e o funcionamento das instituições da Educação Profissional no Brasil, em especial, nas instituições que compõem a Rede Federal EPT.

## 3.3 CONTRIBUIÇÕES PARA O EGRESSO

Após a conclusão do curso, espera-se que o profissional exerça suas funções como gestor na área administrativa de instituições públicas de EPT ou em funções públicas ou privadas que se relacionam com esta, transformando sua forma de trabalho e a realidade em que atua, a partir dos conceitos apreendidos no curso. Espera-se que, ao final da formação, o egresso esteja apto a:

- a) desempenhar com competência ações para planejamento e execução de políticas e projetos públicos em instituições públicas, especialmente naquelas voltadas à educação profissional;
- b) aplicar instrumentos de gestão e legislação relacionados ao funcionamento das instituições públicas de educação profissional e tecnológica;

- c) trabalhar com equipes multifuncionais;
- d) fortalecer a governança pública e a cultura da profissionalização e inovação na gestão nas instituições públicas de educação profissional; e
- e) atuar na iniciativa privada em atividades relacionadas à gestão pública.

#### 3.4 PÚBLICO ALVO

Servidores da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que buscam formação para atuar como gestores administrativos em instituições públicas de EPT.

#### 3.5 INGRESSO NO CURSO

Para ter acesso ao curso como aluno regular, é necessário:

- a) ter graduação completa; e
- b) ser selecionado pelo IFSC.

O processo de seleção será por sorteio público, com critérios a serem publicados em edital específico, do qual constará o curso com as respectivas vagas, prazos e documentação exigida, instrumentos, critérios de seleção com priorização do público alvo e demais informações necessárias.

#### 3.6 DESLIGAMENTO DO DISCENTE

O desligamento do estudante ocorrerá conforme legislação vigente, definida pelas instâncias legais do IFSC, a pedido do aluno ou a cargo da Instituição. O discente será desligado do curso por iniciativa própria, a qualquer tempo em que o requeira à coordenação de curso, através de requerimento específico.

O discente será desligado do curso quando:

- I - nos cursos EAD, por substituição de outro candidato aprovado quando, nos primeiros 10 (dez) dias letivos, o aluno da fase inicial do curso não acessar o ambiente virtual de ensino-aprendizagem;
- II - nos cursos EAD, por abandono, a qualquer tempo, quando o aluno deixar de acessar o ambiente virtual de ensino-aprendizagem por 20 (vinte) dias letivos consecutivos sem justificativa, desde que excluídas as possibilidades do inciso anterior;

- III – por desistência ou não apresentar o TCC nos prazos previstos, quando houver;
- IV - por expiração do período máximo de integralização do curso;
- V - por falta de documentação comprobatória ou descumprimento de outros itens do termo de matrícula condicional, estabelecidos em edital de ingresso;
- VI - por transgressão disciplinar grave ou infrações reincidentes aos dispositivos do RDP IFSC e do código de ética do aluno;
- VII - por falecimento do aluno.

Será desligado do curso, o aluno que, além do previsto no Regulamento Didático Pedagógico, incorrer em:

- I. Falsificação ou adulteração de quaisquer documentos apresentados;
- II. Descumprimento reiterado e injustificado de orientações e/ou prazos definidos pelos docentes ou coordenação do curso; e
- III. Cópia indevida, plágio, ou adulteração de quaisquer procedimentos avaliativos.

### 3.7 CRITÉRIOS DE REINGRESSO

#### 3.8

Quando o estudante for desligado do curso por reprovação em unidade curricular ou por ter solicitado o próprio desligamento (com exceção dos cancelamentos e desistências no primeiro período letivo), poderá solicitar reingresso, sem necessidade de passar pelo processo seletivo, quando houver nova oferta do curso, emitindo solicitação à coordenação ou por meio de edital específico de reingresso (quando houver).

O deferimento do reingresso está condicionado à existência de vaga e à adaptação curricular necessária, quando for o caso

## **4 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO**

### 4.1 METODOLOGIA

A metodologia de um curso ofertado na modalidade a distância deve propiciar a interação entre todos os envolvidos no processo ensino e aprendizagem e também possibilitar momentos efetivos de aprendizagens colaborativas que contribuam para o

desenvolvimento das habilidades e competências delineadas para a formação do perfil profissional.

Nessa perspectiva, considera-se que, no campo educacional, a internet surge como uma importante ferramenta para alavancar a qualidade no processo de aprender e de ensinar, estabelecendo canais de comunicação e interação que representam novas perspectivas de acesso e construção colaborativa do conhecimento, independente do distanciamento físico entre professores e alunos.

Considerando que por meio da Web é possível estabelecer uma relação comunicacional e interativa gerando possibilidades de ressignificar o processo de ensinar e de aprender, o curso de Pós-Graduação em Gestão Pública na EPT será desenvolvido no Moodle, que constitui uma plataforma de apoio ao ensino a distância disponibilizada pelo IFSC. O moodle possibilita a criação do ambiente virtual de ensino e aprendizagem (AVEA) que constitui o “local virtual, no qual o curso será desenvolvido”.

No AVEA a interação ocorre por meio de dispositivos que permitem a comunicação tanto de forma síncrona quanto assíncrona, possibilitando a criação de diferentes situações e procedimentos didáticos que incentivam a dialogicidade e a interação entre os atores envolvidos nesse processo.

Ressalta-se que comunicação síncrona ocorre em tempo real, possibilitando aos sujeitos envolvidos estabelecerem um processo comunicacional interativo e colaborativo. Neste curso, a comunicação síncrona ocorrerá por webconferências, a serem coordenadas pelos professores em cada uma das unidades curriculares, sendo o número de encontros nessa ferramenta definido de acordo com a carga horária de cada uma delas.

No início do curso, a coordenação fará a postagem do cronograma contendo as datas e horários das webconferências. Ainda, algumas atividades síncronas poderão ser realizadas nos Núcleos de Educação a Distância do IFSC.

Destaca-se que a Resolução 22/2013, do Conselho Superior do IFSC, aprovou as ações que incentivam a institucionalização da Educação a Distância neste Instituto Federal a partir da criação dos Núcleos de Educação a Distância – NeaD. Portanto, a referida resolução define que núcleos de educação a distância são espaços destinados ao desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas relativas à oferta dos cursos à distância de cada campus.

As avaliações presenciais de cada uma das unidades curriculares do curso

também serão aplicadas nos NEADs aos quais os alunos estarão vinculados, cumprindo o que estabelece a legislação para a Educação a Distância e a Resolução 48 (IFSC, 2018):

Art. 21 Os cursos oferecidos a distância deverão incluir, necessariamente, no processo avaliativo provas presenciais e apresentação presencial individual do Trabalho de Conclusão de Curso conforme legislação vigente. <sup>5</sup>).

A comunicação assíncrona entre os atores no AVEA acontece em tempos diferentes. No entanto, isso não impede que o processo de aprendizagem colaborativa e comunicação sejam efetivos, pois por meio de procedimentos e recursos didáticos devidamente planejados é possível ressignificar o processo de ensinar e de aprender. Sendo assim, esse curso utilizará os recursos disponíveis no Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem - Moodle, entre eles destaca-se fóruns, chats, objetos de aprendizagem, questionários objetivos e/ou dissertativos, enquetes, wiki, glossário, blog, estudo de caso, portfólio, mapas conceituais, produção mídias visuais ou auditivas, MOOCs, midiateca, entre outros que poderão ser utilizados pela unidades curriculares conforme os objetivos de aprendizagem definidos no plano de ensino.

Diferentemente do que ocorre em ofertas de cursos a distância subsidiados por fomento, como o caso da Universidade Aberta do Brasil, a proposta deste curso se dá em um novo formato, como oferta própria institucional sem o pagamento de bolsas. Neste modelo, não há previsão da presença do tutor. Dessa forma, o professor assume a mediação com os alunos, na oferta de sua unidade curricular. Todo o acompanhamento é feito pelo docente, com o apoio e orientação da equipe pedagógica, que estabelece os contatos e estimula a realização das leituras e tarefas disponibilizadas no AVEA, além de tirar dúvidas e repassar novas informações em encontros por webconferência, previstos neste PPC.

O processo de reelaboração do PPC do curso, conforme descrito no item 3.1, proporcionou um realinhamento entre as ementas das unidades curriculares do curso e as competências necessárias ao seu público-alvo, o que, em alguns casos, gerou a integração de unidades curriculares existentes e, em outros casos, a criação de novas unidades. Neste contexto, com o novo conjunto de unidades curriculares, o curso foi

---

<sup>5</sup> IFSC. Resolução CEPE/IFSC No 48 de 12 de junho de 2018. Disponível em: [http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/RESOLU%C3%87%C3%83O\\_N\\_%C2%BA48\\_DIRETRIZES\\_\\_LATO\\_SENSU\\_REVOGA\\_105.pdf](http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/RESOLU%C3%87%C3%83O_N_%C2%BA48_DIRETRIZES__LATO_SENSU_REVOGA_105.pdf) Acesso em 20 de agosto de 2018.

estruturado a partir de três eixos: Eixo Temas de Gestão, composto por unidades curriculares que tratam de temas centrais para gestão administrativa na EPT; o Eixo Tecnologias para a Gestão, que inclui unidades curriculares que visam desenvolver competências complementares e necessárias às atividades de gestão administrativas; e o Eixo Interdisciplinar, composto por unidades curriculares que integram os temas das demais unidades e tem o objetivo de desenvolver competências aplicáveis em múltiplos contextos da gestão administrativa. O quadro abaixo expõe os eixos estruturantes do curso e as suas respectivas unidades curriculares:

<b>Eixo Estruturante</b>	<b>Unidades Curriculares</b>
Eixo Temas de Gestão	Introdução a Gestão Pública na EPT; Governança Pública; Planejamento Estratégico; Gestão de Pessoas; Gestão de Orçamento Público, Bens e Serviços.
Eixo Tecnologias para a Gestão	Comunicação; Relações Interpessoais; Tópicos Especiais I: Sustentabilidade, Inovação e Intraempreendedorismo; Tópicos Especiais II: Direito Administrativo na EPT.
Eixo Interdisciplinar	Introdução à EAD e AVEA; Gestão de Projetos.

A sequência das Unidades Curriculares ofertadas foi pensada para possibilitar a realização de atividades avaliativas interdisciplinares sempre com o objetivo principal de apresentar o conteúdo programático (teorias, legislações e processos) previsto nas ementas e aplicá-los por meio de atividades práticas, simuladas ou não, no contexto da gestão de instituições públicas de EPT. Exemplos de atividades integradas são webconferências integradas, análise de casos práticos e simulação de processos de reflexão e de tomadas de decisão do gestor bem como o planejamento de projetos, ao longo do curso, para solução de problemas reais resultando no trabalho de conclusão de curso, preferencialmente, na forma de relatório técnico.

A construção do Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem, a produção de material didático e o acompanhamento do curso também contarão com a equipe de Materiais do Cerfead, contando ainda com o apoio técnico dos profissionais de TI do Centro de Referência. A estrutura prevê, ainda, a possibilidade de gravações de videoaulas a serem disponibilizadas aos alunos no AVEA.

A Equipe Pedagógica do Cerfead também auxilia a coordenação do curso e os docentes na revisão de documentos como Planos de Ensino, Plano Instrucional e Avaliações presenciais. Ainda, ao final de cada unidade curricular e ao final do curso, essa equipe responsabiliza pela postagem, no moodle, de um instrumento de avaliação docente, de modo a acompanhar o andamento do curso.

Portanto, o referido curso foi estruturado com uma carga horária total de 405 horas, sendo 375 horas compostas pelas Unidades Curriculares e 30 horas referentes ao Trabalho de Conclusão de curso. As UCs serão ministradas ao longo de um (01) ano (de março a dezembro), considerando as datas do calendário institucional e do calendário do CERFEaD para o início e fim dos semestres letivos.

O curso, estruturado no ambiente Moodle, leva ao aluno materiais didáticos produzidos pelos próprios professores e equipe de Materiais do Cerfead, utilizando e disponibilizando a bibliografia básica indicada na relação das unidades curriculares, além de outros materiais disponíveis da internet. Ainda assim, o aluno poderá requisitar os livros indicados na bibliografia básica ou complementar no acervo físico do IFSC, ou consultar materiais na íntegra por meio do acervo virtual do IFSC na internet, conforme link disponibilizados no PPC ou nos Planos e Ensino.

#### 4.2 MATRIZ CURRICULAR

Unidade Curricular		CH Teóricas	CH Práticas	CH EaD	CH Total
01	Introdução à EAD e AVEA			15	15
02	Introdução a Gestão Pública na EPT			45	45
03	Governança Pública			30	30
04	Planejamento Estratégico			45	45
05	Comunicação			30	30
06	Tópicos Especiais I: Sustentabilidade, Inovação e Intraempreendedorismo			30	30
07	Gestão de Pessoas			45	45
08	Gestão de Orçamento Público, Bens e Serviços			45	45
09	Relacionamento Interpessoal			30	30
10	Tópicos Especiais II: Direito Administrativo na EPT			15	15
11	Gestão de Projetos			45	45
Total de carga horária das Unidades Curriculares					375

Trabalho de conclusão de curso		30
Total de carga horária do Curso		405

#### 4.3 COMPONENTES CURRICULARES

<b>Unidade Curricular: Introdução à Gestão Pública na EPT</b>	<b>CH*: 45</b>	<b>Semestre: 1</b>
<p><b>Objetivos:</b>            Conhecer a história e a concepção de EPT; Conhecer a história da gestão pública; Entender e identificar a aplicação das funções administrativas na gestão pública; e Conhecer os principais desafios e propostas de modelos para a gestão pública.</p>		
<p><b>Conteúdos:</b>            1. Histórico. 1.1 Primórdios da EP no Brasil Colônia. 1.2 Proibição à Indústria no Brasil. 1.2 A EP no século XIX. 1.3 República: Educação e formação para o trabalho. 1.4 A Lei 1606/1906 e Decreto 7566/1909. 1.5 Nilo Peçanha e As Escolas de Artífices. 1.6 Evolução da Rede Federal. Lei 11892/2008. 2. Conceitos. 2.1 Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social, econômica. O trabalho como obra. 2.2 Conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EP. Principais termos na EP. 2.3 Trabalho como exercício social da técnica. 2.4 EP como um direito do trabalhador. 2.5 Estrutura, legislação e políticas públicas da EPT no Brasil. 3. Gestão pública. 3.1 Evolução: do patrimonialismo ao gerencial. 3.2 Conceito, estruturas e funções administrativas na gestão pública. 3.3 Princípios e legislação. 4. Desafios futuros: Gestão do conhecimento aplicada à gestão pública. Inovação e empreendedorismo na GP.</p>		
<p><b>Metodologia de Abordagem:</b> Exposição teórica em livro didático, baseado na bibliografia básica indicada, materiais didáticos complementares como vídeo aulas, artigos científicos e aulas on line síncronas por meio de webconferências além da realização de atividades práticas de aplicação da teoria ao contexto da gestão de instituições públicas de EPT.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <p>BATISTA, Fábio Ferreira. <b>Modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira:</b> como implementar a gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão. Brasília: Ipea, 2012. Disponível em: <a href="http://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_modelodegestao_vol01.pdf">http://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_modelodegestao_vol01.pdf</a>. Acesso em: 31 mar. 2020.</p> <p>COELHO, Ricardo Corrêa. <b>Estado, governo e mercado.</b> Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração da UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009. 116p. Disponível em: <a href="https://acervo.cead.ufv.br/conteudo/pdf/Apostila%20-%20Estado%2C%20Governo%20e%20Mercado%20Ricardo%20Corr%C3%AAa%20Coelho%202009.pdf?dl=0">https://acervo.cead.ufv.br/conteudo/pdf/Apostila%20-%20Estado%2C%20Governo%20e%20Mercado%20Ricardo%20Corr%C3%AAa%20Coelho%202009.pdf?dl=0</a>. Acesso em: 31 mar. 2020.</p> <p>SANTOS, Clezio Saldanha dos. <b>Introdução à Gestão Pública.</b> São Paulo: Saraiva, 2014.</p>		

SILVEIRA, Z. S. A educação profissional no Brasil: da industrialização ao século XXI. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, n. 14, 2006.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v. 1.

Bibliografia Complementar:

MATIAS-PEREIRA. **Curso de administração pública**: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2014

RODRIGUES, José. Celso Suckow da Fonseca e a sua “História do ensino industrial no Brasil”. **Revista brasileira de história da educação**, Rio de Janeiro, n. 4, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38722/20251>. Acesso em: 31 mar. 2020.

SIGAUT, François. La technologie, une science humaine. *In*: SIGAUT, François. **L’Empire des techniques**. Paris: Le Seuil, 1994. Disponível em: [http://www.francois-sigaut.com/phocadownload/publications/articles\\_fond/1994g-TaP-Technologie\\_science\\_humaine\(entretien\).pdf](http://www.francois-sigaut.com/phocadownload/publications/articles_fond/1994g-TaP-Technologie_science_humaine(entretien).pdf). Acesso em: 31 mar. 2020.

SIGAUT, François. Techniques, technologies, apprentissage et plaisir au travail... **Techniques & Culture**, p. 52-53, 2009. Disponível em: <http://www.francois-sigaut.com/index.php/publications-diverses/publications/12-articles-fond/303-2009c>. Acesso em: 31 mar. 2020.

(\*) CH – Carga horária total da unidade curricular em horas.

<b>Introdução a EaD e AVEA</b>	<b>CH</b> 15h	<b>SEMESTRE</b> 1
<b>Objetivos:</b> Ofertar bases teóricas da Educação a Distância (EaD) e do Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem (AVEA) pela utilização do Moodle, buscando o melhor desenvolvimento do estudante por meio de interações síncronas e assíncronas. Ao final da unidade, o estudante será capaz de utilizar os principais recursos do Moodle e realizar atividades práticas como upload de arquivos, envio de mensagens aos professores e participação em fóruns.		
<b>Conteúdos:</b> Fundamentos da EaD. Histórico da EaD no mundo e no Brasil. Gerações da EaD (correspondência, rádio, televisão, internet). Recursos didáticos. Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem - AVEA. Moodle. Estratégias de aprendizagem a distância. Orientações para o estudo na modalidade a distância.		
<b>Metodologia de Abordagem:</b> Unidade Curricular realizada por meio do AVEA Moodle/IFSC. Para incentivar a dialogicidade e a interação entre os atores envolvidos, serão utilizados recursos e procedimentos didáticos e possibilitar interações síncronas e assíncronas por meio de: Fórum de Dúvidas, Mural de Avisos e orientação de atividades;		

mensagens individuais e coletivas pela ferramenta “Participantes” do AVEA Moodle. Outro recurso foca na apresentação de conteúdo pelo livro didático digital e mídia interativa digital (vídeos, textos, infográficos e demais objetos de aprendizagem). Os principais exercícios práticos concerne à realização de atividades como acessar e ler o Plano de Ensino; atualizar perfil e inserir foto; leitura e verificação de recursos do Livro Didático; enviar de arquivo para avaliações de trabalho e demais práticas.

#### Bibliografia Básica:

GOMES, Silvane Guimarães Silva. **Introdução ao ambiente virtual de aprendizagem e à educação a distância**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração da UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, [2009]. Disponível em:

<https://acervo.cead.ufv.br/conteudo/pdf/ApostilacompletaIntroducaoEADeaoAVA1.pdf>.

Acesso em: 1 abr. 2020.

LITTO, M. F; FORMIGA, M. **Educação a Distância**: estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. v. 1. ISBN 9788576058830.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a Distância**: sistemas de aprendizagem online. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

#### Bibliografia Complementar:

CORRÊA, D. M. **Introdução à educação a distância e AVEA**. Florianópolis: IFSC, 2014.

LEMOS II, D. L. **Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem**. Florianópolis: IFSC, 2016.

ROSTAS, Márcia Helena Sauáia Guimarães; ROSTAS, Guilherme Ribeiro. **O ambiente virtual de aprendizagem (moodle) como ferramenta auxiliar no processo ensino-aprendizagem**: uma questão de comunicação. São Paulo: Editora Unesp: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/px29p/pdf/soto-9788579830174-08.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2020.

Unidade Curricular: Planejamento Estratégico na Gestão Pública	CH*: 45	Semestre: 1
<p>Objetivos: Conhecer e entender a aplicação dos modelos, dimensões e processos de planejamento estratégico; e elaborar objetivos, metas, prazos e indicadores de projetos simulados.</p>		
<p>Conteúdos: 1.Planejamento. O Planejamento como ferramenta essencial para o desenvolvimento institucional. Dimensões, componentes e etapas do planejamento. Gestão Orientada para Resultados. 2. Ferramentas de planejamento estratégico: PES - Planejamento Estratégico Situacional; BSC - Balanced Scorecard; e Quadro Lógico. 3. O pensamento estratégico aplicado às organizações de EPT: Plano de Desenvolvimento Institucional: estratégias, objetivos e metas. Atividade prática (elaboração de objetivos - sistema).</p>		

4. Implementação e Acompanhamento: análise de Indicadores, sistemas de apoio, principais desafios. 5. Cases de sucesso.

Metodologia de Abordagem: A unidade curricular será implementada apresentando-se, primeiramente, a teoria sobre o planejamento e as ferramentas que o gestor pode fazer uso para construir e acompanhar a execução de um planejamento. Nas webpráticas, o aluno vai interagir com o professor e com os demais colegas para colocar-se nas situações de gestão e simular a elaboração de planos, metas e indicadores de desempenho.

**Bibliografia Básica:**

DAGNINO, Renato Peixoto. **Planejamento estratégico governamental**. Brasília: CAPES, 2009. Disponível em: <https://acervo.cead.ufv.br/conteudo/pdf/Apostila%20-%20Planejamento%20Estrat%C3%A9gico%20Governamental%20Renato%20Peixoto%20Dagnino%202009.pdf?dl=0>. Acesso em: 31 mar. 2020.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Planejamento e gestão governamental**: módulo 2. Brasília: ENAP, 2014. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2261/1/1.%20Apostila%20-%20M%C3%B3dulo%20-%20-%20Planejamento%20e%20Gest%C3%A3o%20Organizacional.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

**Bibliografia Complementar:**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. **Manual de Planejamento Estratégico**. São Paulo: ICSS SINDAP, 2007. 135 p. Disponível em <http://www.abrapp.org.br/Documentos%20Pblicos/PlanejamentoGestaoEstrategicaMai07.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **Mapas estratégicos: balanced scorecard: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis**. 13. reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 471 p., il. ISBN 9788535212686.

MINTZBERG, Henry. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2004. 352 p., il. ISBN 8536303050.

(\*) CH – Carga horária total da unidade curricular em horas.

<b>Unidade Curricular: Governança Pública</b>	<b>CH*:</b> <b>30</b>	<b>Semestre:</b> <b>1</b>
Objetivos: Conhecer e entender o conceito, estruturas e dimensões da governança em instituições públicas; e Analisar e identificar a aplicação dos instrumentos e princípios da governança pública em instituições públicas de EPT.		

Conteúdos:  
GOVERNANÇA PÚBLICA. 1.1 Macro Governança: Conceito, histórico e objetivos (visão sistêmica); Estruturas e dimensões da governança; Governança nas instituições EPT  
Legislação e jurisprudência/orientações TCU/CGU sobre gestão e governança. 1.2 Micro Governança: Colegiados e comissões das instituições EPT; Articulação e negociação; organização de reuniões e apresentações.

Metodologia de Abordagem: Exposição teórica em livro didático, baseado na bibliografia básica indicada, materiais didáticos complementares como videoaulas, artigos científicos e aulas on line síncronas por meio de webconferências além da realização de atividades práticas de aplicação da teoria ao contexto da gestão de instituições públicas de EPT.

Bibliografia Básica: INDICAR

BATISTA, Fábio Ferreira. **Modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira**: como implementar a gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão. Brasília: Ipea, 2012. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_modelodegestao\\_vol\\_01.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_modelodegestao_vol_01.pdf). Acesso em: 31 mar. 2020.

BENITES, Luiz Felipe Rocha. A governamentalização do Estado contemporâneo: uma cartografia dos mecanismos estatais de controle. **Sociologias**, Porto Alegre, n.12, p. 274- 303, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n12/22263.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Secretaria de de Planejamento, Governança e Gestão. **Governança Pública**: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria. Brasília: TCU, 2014. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2666622.PDF>. Acesso em: 31 mar. 2020.

Bibliografia Complementar:

BRAGA, Lamartine Vieira; ALVES, Welington Souza; FIGUEIREDO, Rejane Maria da Costa; SANTOS, Rildo Ribeiro dos. O papel do Governo Eletrônico no fortalecimento da governança do setor público. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 59 n.1, p. 5-21, jan./mar. 2008. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/issue/view/26/37>. Acesso em: 31 mar. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O modelo estrutural de gerência pública. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 391-410, mar./abr. 2008. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-10-JUNHO-2007-BRESSER%20PEEREIRA.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

IBGC. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 4. ed. São Paulo: IBGC, 2009.

(\*) CH – Carga horária total da unidade curricular em horas.

<b>Unidade Curricular: Gestão do Orçamento Público, de bens e</b>	<b>CH*:</b>	<b>Semestre:</b>
---	-------------	------------------

de serviços	45	2
<p><b>Objetivos:</b> A finalidade desta disciplina é dotar os alunos, do Curso de Especialização em Gestão Pública, com conhecimentos de natureza técnico/gerencial, e suas aplicações na otimização do orçamento, bens e serviços no âmbito da área de gestão pública. Bem como subsidiar a obtenção de conhecimento prático e teórico na gestão de recursos orçamentários, materiais e patrimoniais que contribuam para a transformação da administração pública.</p>		
<p><b>Conteúdos:</b> Orçamento Público nas instituições de EPT: Conceito, objetivos e instrumentos de gestão orçamentária . Ciclo orçamentário (PPA, LDO e LOA) - Estrutura básica da Lei orçamentária ; Execução das despesas públicas (Conceitos e fluxo do empenho, liquidação e pagamento); Descrição básica da classificação das despesas; e Controle da execução orçamentária . 2. Licitações e Contratos: Conceito, princípios, objetivo, modalidades, gestão e fiscalização de contratos e inovações/experiências em licitações e contratos em instituições EPT. . 3. Patrimônio e Almoxarifado: Conceito e funções do patrimônio público, logística e materiais; Organização e controle de estoques do almoxarifados; A relação compras, almoxarifado e patrimônio público. .</p>		
<p><b>Metodologia de Abordagem:</b> Exposição teórica em livro didático, baseado na bibliografia básica indicada, materiais didáticos complementares como vídeo aulas, artigos científicos e aulas on line síncronas por meio de webconferências além da realização de atividades práticas de aplicação da teoria ao contexto da gestão de instituições públicas de EPT.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <p>CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. <b>Orçamento público:</b> planejamento, elaboração e controle. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. disponível em <a href="https://books.google.com.br/books?id=m4VnDwAAQBAJ&amp;printsec=frontcover&amp;dq=or%C3%A7amento+p%C3%ABablico+crepaldi&amp;hl=pt-BR&amp;sa=X&amp;ved=0ahUKEwiVmeK4wMfoAhVsK7kGHY6OA9MQ6AEIKDAA#v=onepage&amp;q=or%C3%A7amento%20p%C3%ABablico%20crepaldi&amp;f=false">https://books.google.com.br/books?id=m4VnDwAAQBAJ&amp;printsec=frontcover&amp;dq=or%C3%A7amento+p%C3%ABablico+crepaldi&amp;hl=pt-BR&amp;sa=X&amp;ved=0ahUKEwiVmeK4wMfoAhVsK7kGHY6OA9MQ6AEIKDAA#v=onepage&amp;q=or%C3%A7amento%20p%C3%ABablico%20crepaldi&amp;f=false</a>. Acesso em 31 mar. 2020</p> <p>FENILI, Renato Ribeiro. <b>Gestão de Materiais</b>. Brasília: ENAP, 2015. Disponível em: <a href="https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2268/1/Enap%20Did%20c3%a1ticos%20-%20Gest%20de%20Materiais.pdf">https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2268/1/Enap%20Did%20c3%a1ticos%20-%20Gest%20de%20Materiais.pdf</a>. Acesso em: 31 mar. 2020.</p> <p>KUMMER, Mauro José. <b>Patrimônio público, materiais e logística</b>. Curitiba: Instituto Federal do Paraná para o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil - e-Tec Brasil, 2011. Disponível em: <a href="http://ead.ifap.edu.br/netsys/public/livros/Livros%20Curso%20Servi%C3%A7os%20P%C3%ABablicos/M%20B3dulo%20III/Patrim%C3%B4nio%20P%C3%ABablico,%20Materiais%20e%20Log%C3%ADstica/Livro_Patrim%C3%B4nio%20P%C3%ABablico,%20materiais%20e%20log%C3%ADstica.pdf">http://ead.ifap.edu.br/netsys/public/livros/Livros%20Curso%20Servi%C3%A7os%20P%C3%ABablicos/M%20B3dulo%20III/Patrim%C3%B4nio%20P%C3%ABablico,%20Materiais%20e%20Log%C3%ADstica/Livro_Patrim%C3%B4nio%20P%C3%ABablico,%20materiais%20e%20log%C3%ADstica.pdf</a>. Acesso em: 31 mar. 2020</p>		
<p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <p>BRASIL. Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. <b>Diário Oficial da União:</b> seção 1, Brasília, DF, 11 jul. 1994. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm</a>. Acesso em: 26</p>		

mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Administração de materiais**. Brasília, DF: Ed. da UnB, 2009.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público**. 8. ed. Brasília: STN, 2019. Disponível em: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU\\_MCASP+8%C2%AA%20ed+-+publica%C3%A7%C3%A3o\\_com+capa\\_2vs/4b3db821-e4f9-43f8-8064-04f5d778c9f6](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU_MCASP+8%C2%AA%20ed+-+publica%C3%A7%C3%A3o_com+capa_2vs/4b3db821-e4f9-43f8-8064-04f5d778c9f6). Acesso em: 29 set. 2019.

BRASIL. Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão. **Manual Técnico de Orçamento**. Brasília: Secretaria de Orçamento Federal, 2018. Disponível em: <https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/doku.php>. Acesso em: 26 mar. 2020.

CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Gestão estratégica de materiais e patrimônio no setor público**. Brasília-DF: AVM Instituto, 2010.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 11. ed. São Paulo: Dialética, 2011.

MALMEGRIN, Maria Leonídia. **Gestão Operacional**. Brasília: CAPES, 2010. Disponível em: <https://acervo.cead.ufv.br/conteudo/pdf/Apostila%20-%20Gest%C3%A3o%20operacional%20Maria%20Leon%C3%ADdia%202010.pdf?dl=0>. Acesso em: 31 mar. 2020.

MADRUGA, Érico de Avila; SCHNEIDER, Maria Clara Kaschny; LUZ, Elisa Flemming; MARTINS, Walquíria. **Compras compartilhadas através do Sistema de Registro de Preços no Instituto Federal de Santa Catarina**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/113187/2013249%20-%20Compras%20compartilhadas%20atrav%C3%A9s%20do.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 31 mar. 2020.

MALMEGRIN, Maria Leonídia. **Gestão Operacional**. Brasília: CAPES, 2010. Disponível em: <https://acervo.cead.ufv.br/conteudo/pdf/Apostila%20-%20Gest%C3%A3o%20operacional%20Maria%20Leon%C3%ADdia%202010.pdf?dl=0>. Acesso em: 31 mar. 2020.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Licitação e Contrato Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2005.

MONTEIRO, José Carlos. **Gestão de materiais e planejamento da logística de suprimentos**. Brasília, DF: ENAP, 2013.

POZO, Hamilton. **Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ROSA, Rodrigo de Alvarenga. **Gestão logística**. Brasília: CAPES, 2010. Disponível em: <https://acervo.cead.ufv.br/conteudo/pdf/Apostila%20-%20Gest%C3%A3o%20Log%C3%ADstica%20Rodrigo%20de%20Alvarenga%20Rosa%202010.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

(\*) CH – Carga horária total da unidade curricular em horas.

<b>Unidade Curricular: Gestão de Pessoas</b>	<b>CH*: 45</b>	<b>Semestre: 2</b>
<p>Objetivos:</p> <p>Conhecer os principais processos estratégicos e operacionais, assim como a legislação pertinente na gestão de pessoas no serviço público; ter noções sobre a utilização de sistemas de informação em gestão de pessoas; e conhecer as principais tendências contemporâneas na gestão de pessoas. Ao final da unidade, o estudante será capaz de analisar e promover a qualidade de vida no trabalho, nas suas diversas dimensões, e descrever necessidades e competências para a gestão de equipes.</p>		
<p>Conteúdos:</p> <p>Gestão de pessoas: conceitos, concepções e principais processos. Principais legislações ligadas aos processos de gestão de pessoas. O papel do gestor público como gestor de pessoas. Desenvolvimento de pessoal: gestão por competências na seleção (concurso), alocação, avaliação, capacitação. Qualidade de vida no trabalho: cultura organizacional, relações interpessoais, benefícios, infraestrutura, valorização e pertencimento. Saúde do servidor: dimensões do SIASS. Legislação e jurisprudência TCU/CGU sobre desenvolvimento de pessoal e GP. Administração de recursos humanos: Cadastro e folha de pagamento, aposentadoria. Licenças, afastamentos, férias. Controles de frequência TAEs e docentes. Tendências contemporâneas na gestão de pessoas: multifuncionalidade no ambiente das organizações de aprendizagem; gestão do conhecimento e empowerment. Sistemas de informação para gestão de pessoas.</p>		
<p>Metodologia de Abordagem:</p> <p>Exposição teórica em livro didático, baseado na bibliografia básica indicada, materiais didáticos complementares como videoaulas, artigos científicos e aulas on line síncronas por meio de webconferências além da realização de atividades práticas de aplicação da teoria ao contexto da gestão de instituições públicas de EPT.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BERGUE, Sandro Trescastro; CAMOES, Marizaura Reis; PANTOJA, Maria Julia. <b>Gestão de pessoas</b>: bases teóricas e experiências no setor público. Brasília: ENAP, 2010. Disponível em: <a href="http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/institucional/esgc/biblioteca_eletronica/livros/Gest%20de%20Pessoas%20bases%20te%20ricas%20e%20experi%20ncias%20no%20setor%20p%20blico.pdf">http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/institucional/esgc/biblioteca_eletronica/livros/Gest%20de%20Pessoas%20bases%20te%20ricas%20e%20experi%20ncias%20no%20setor%20p%20blico.pdf</a>. Acesso em: 31 mar. 2020.</p> <p>BRANDRÃO, Hugo Pena; BABRY, Carla Patricia. Gestão por competências: métodos e técnicas para mapeamento de competências. <b>Revista do Serviço Público</b>, Brasília, v. 56, n. 2, p. 179-194, abr./jun., 2005. Disponível em: <a href="https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1504/1/2005%20Vol.56%20cn.2%20Brand%20C3%A3%20e%20Bahry.pdf">https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1504/1/2005%20Vol.56%20cn.2%20Brand%20C3%A3%20e%20Bahry.pdf</a>. Acesso em: 31 mar. 2020.</p> <p>BRASIL. <b>Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019</b>. Dispões sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. 2019. Disponível em:</p>		

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9991.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9991.htm). Acesso em: 31 mar. 2020.

#### Bibliografia Complementar:

BRASIL. Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispões sobre Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 19 abr. 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8112cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm). Acesso em: 26 mar. 2020.

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de pessoas**: modelo, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2015. ISBN 9788597003659.

OLIVEIRA, José Arimatés de. **Gestão de pessoas no setor público**. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração da UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2016. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401420/1/Gestao%20Pessoas%20Setor%20Publico%203ed%20GRAFICA.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

PANTOJA, Maria Júlia. **Gestão por competências**. Brasília: Enap, 2015. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2522/1/Gcomp%20-%20ApostilaCE.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

(\*) CH – Carga horária total da unidade curricular em horas.

<b>Unidade Curricular: Tópicos Especiais II – Direito Administrativo na EPT</b>	<b>CH*: 15</b>	<b>Semestre: 2</b>
<b>Objetivos:</b> Preparar o aluno para atuar em um ambiente regulado pelas leis e normas do Direito Administrativo; fornecer os principais conceitos legais que permeiam as atividades do dia a dia do gestor das instituições de EPT e a interpretação dos órgãos julgadores, nas esferas judicial e administrativa, dos principais desafios dos gestores destes órgãos públicos.		
<b>Conteúdos:</b> Princípios do Direito Administrativo. Poderes e Deveres Administrativos. Ato Administrativo: conceito, classificação, requisitos, exemplos. Órgãos e Agentes Públicos. Regime Jurídico do Servidor Público e destaques da lei 8.112/90. Responsabilidade Administrativa; exemplos, julgados. Processo Administrativo - Lei 9.784/99.		
<b>Metodologia de Abordagem:</b> Apresentação da doutrina jurídica, orientações e jurisprudência dos órgãos de controle em Direito Administrativo, com exemplos práticos que ilustrem as situações laborais de referência. Realização de atividades online e webpráticas.		
<b>Bibliografia Básica:</b> ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. <b>Direito administrativo descomplicado</b> . 25.		

ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2017. 1168 p. ISBN 9788530974749.

Olivo, Luis Carlos Cancelier de. **Direito administrativo**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração da UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2015. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401410/1/Livro%20Direito%20Administrativo%203ed%20GRAFICA.pdf>. Acesso em 31 mar. 2020.

#### Bibliografia Complementar:

COELHO, Ricardo Corrêa. **Administração pública e contexto institucional Contemporâneo**: módulo. Brasília: ENAP: DDG, 2013. 73 p. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2260/1/1.%20Apostila%20-%20M%C3%B3dulo%201%20-%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblica.pdf>. Acesso em 31 mar. 2020.

D'ANGELO, Élcio. **Aspectos constitucionais da administração pública municipal, estadual e federal**: teoria e prática. [S. l.]: Ed. Independente, 2010. 839 p. ISBN 9788563275004.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; SUNDFELD, Carlos Ari (org.). **Direito administrativo**: controle da administração, processo administrativo e responsabilidade do estado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. v. 3. 1407 p. (Doutrinas essenciais). ISBN 9788520346143.

(\*) CH – Carga horária total da unidade curricular em horas.

<b>Unidade Curricular: Comunicação</b>	<b>CH*: 30</b>	<b>Semestre: 1</b>
<b>Objetivos:</b> Refletir sobre a complexidade dos aspectos comunicacionais no ambiente de trabalho e exercitar técnicas de comunicação que podem ser utilizadas em diferentes situações laborais. Ao final da unidade o estudante será capaz de comunicar com objetividade e transparência e promover e mediar discussões democráticas.		
<b>Conteúdos:</b> Linguagem e comunicação verbal e não verbal. Meios e canais de comunicação. Comunicação organizacional. Empatia na comunicação. Técnicas de escuta e comunicação não violenta. Falar em público. Técnicas de oratória (contato visual, autoconfiança, marketing pessoal).		
<b>Método de Abordagem:</b> Foco nas situações laborais com base na comunicação não-escrita: comunicação e relações de poder (relação entre pares, relação entre superiores e subordinados, relação entre diferentes categorias de servidores). Apresentações em reuniões e eventos abertos ao público. Planejamento e condução de reuniões de trabalho. Negociação com instâncias superiores e subordinadas para construção de planos de ação.		

Foco nas situações laborais com base na comunicação escrita: analisar e dar parecer em processos, análise de editais e projetos, respostas técnicas em canais de denúncias, auditorias, ouvidorias e relatórios de gestão. Abordagem por aplicativos: mensagens instantâneas e de voz (Telegram e WhatsApp); webconferência e videoconferência; videochamadas (Hangouts e Skype).

#### Bibliografia Básica:

CARNEGIE, Dale. **Como falar em público e encantar pessoas**: torne-se um orador e comunicador magistral. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2012. ISBN 9788504018110.

DUNKER, Christian; THEBAS, Cláudio. **O palhaço e o psicanalista**: como escutar os outros pode transformar vidas. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

#### Bibliografia Complementar:

NEIVA, Filipa. Comunicação nas organizações: um olhar sobre a importância da comunicação interna. **Scielo Media & Jornalismo**, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2183-54622018000200005](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-54622018000200005). Acesso em 31 mar. 2020.

POLITO, Reinaldo. **Como falar corretamente e sem inibições**. 112. ed. São Paulo. Benvirá, 1999. Disponível em: [https://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/servicosocialead/Como\\_Falar\\_Corretamente\\_e\\_Sem.pdf](https://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/servicosocialead/Como_Falar_Corretamente_e_Sem.pdf). Acesso em: 31 mar. 2020.

ROSENBERG, Marshall. **Comunicação não-violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. Tradução Mário Vilela. São Paulo: Ágora, 2006. Disponível em: <http://www.icomfloripa.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Comunicac%CC%A7a%CC%83o-Na%CC%83o-Violenta.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

(\*) CH – Carga horária total da unidade curricular em horas.

<b>Unidade Curricular: Gestão de Projetos</b>	<b>CH*:</b> <b>45</b>	<b>Semestre:</b> <b>2</b>
<b>Objetivos:</b> Apresentar aspectos conceituais de gestão de projetos com foco nos processos e no gerenciamento de projetos públicos. Ao final da unidade o estudante será capaz de utilizar as bases teóricas do <i>cluster</i> do tema escolhido, poder exercitar o trabalho em equipe (na medida que projetos são realizados em equipe) e de desenvolver um projeto na prática.		
<b>Conteúdos:</b> Fundamentos em gestão de projetos (Conceitos básicos: plano, programa, projeto e atividade. Fases do projeto. Análise da situação-problema). A estrutura organizacional		

pública e o papel do gerente de projetos na EPT. Gerenciamento do Projeto: Iniciação; Planejamento; Execução; Monitoramento e Controle; Encerramento. Os processos da gerência de projetos: integração, escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicações, riscos e aquisições. Perfil do Gerente de Projetos Público. A gestão de projetos no contexto da gestão pública na EPT. Elaboração de indicadores; Gestão de Projetos na Administração Pública: Experiências bem-sucedidas.

Método de Abordagem: Apresentação da teoria e das ferramentas de gestão de projetos. Desenvolvimento, em dupla, de um projeto na prática. Apresentada uma proposta de projeto (pela dupla), a UC é ampliada para que ocorram as monitorias: os temas serão divididos por *clusters* e os professores da área passam a monitorar a execução do projeto e a formatação/elaboração do relatório de projeto (relatório técnico). Se necessários, serão convidados monitores voluntários para os temas mais recorrentes.

#### Bibliografia Básica:

CANDIDO, Roberto *et al.* **Gerenciamento de projetos**. Curitiba: Aymar, 2012. (Série UTFInova). Disponível em:  
<http://repositorio.utfpr.edu.br:8080/jspui/bitstream/1/2061/1/gerenciamentoprojetos.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos**: (Guia PMBOK). São Paulo: Saraiva, 2013. ISBN 9788502223721.

#### Bibliografia Complementar:

CONSALTER, Maria Alice Soares. **Elaboração de projetos**: da introdução à conclusão. Curitiba: InterSaberes, 2012. ISBN 9788582122877.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Administração de projetos**: como transformar ideias em resultados. São Paulo: Atlas, 2014. ISBN 9788522487592.

RALPH, Keelling. **Gestão de projetos**: uma abordagem global. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Saraiva, 2019. ISBN 9788553131631.

(\*) CH – Carga horária total da unidade curricular em horas.

<b>Unidade Curricular: Relações Interpessoais</b>	<b>CH*:</b> <b>30</b>	<b>Semestre:</b> <b>2</b>
<b>Objetivos:</b> Apresentar aspectos conceituais das relações interpessoais e exercitar o trabalho em equipe em situações laborais típicas da gestão pública na EPT. Ao final da unidade o estudante será capaz de buscar trabalhar em equipe e mobilizar pessoas para aprimorar os processos organizacionais, primando pelo bom relacionamento entre pares; mediar conflitos; lidar com pressões vindas tanto dos superiores quanto dos subordinados; e tratar as pessoas de forma particular, respeitando suas diferentes personalidades e limitações.		

<p><b>Conteúdos:</b> Trabalho em equipe: fundamentos básicos. Papéis em uma equipe. Relações de confiança e de poder. Princípios que norteiam a ética na gestão pública. A liderança no trabalho em equipe. Métodos para cocriação. Feedback. Inteligência emocional. Gestão de conflitos nas organizações.</p>
<p><b>Metodologia de Abordagem:</b> Refletir sobre os conteúdos a partir da utilização de ferramentas digitais que proporcionem conhecer e exercitar técnicas de trabalho colaborativo: jogos cooperativos, World Café, Open Space, Canvas, Design Thinking, Dragon Dreaming.</p>
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <p>HUNTER, James C. <b>De volta ao mosteiro: o monge e o executivo falam de liderança e trabalho em equipe.</b> Rio de Janeiro: Sextante, 2014. ISBN 9788543101279.</p> <p>LOPES, Edna B.; PONTES, Rose M. <b>Técnicas e jogos para trabalhar com grupos.</b> Curitiba: EMATER-PR, 2000. Disponível em: <a href="http://www.emater.pr.gov.br/arquivos/File/Biblioteca_Virtual/Publicacoes_Tecnicas/Metodologia/Tecnicas_jogos_trabalhar_grupos.pdf">http://www.emater.pr.gov.br/arquivos/File/Biblioteca_Virtual/Publicacoes_Tecnicas/Metodologia/Tecnicas_jogos_trabalhar_grupos.pdf</a>. Acesso em: 31 mar. 2020.</p> <p>MOSCOVICI, Fela. <b>Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo.</b> Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. ISBN 9788503009737.</p>
<p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <p>ASSIS, Ana Flávia; STRAURB, Adriana. Gestão de conflitos: a oportunidade de aprendizagem através da exploração de divergências. <b>Rev. FAE</b>, Curitiba, v. 19, n. 2, p. 220-231, jul./dez., 2016. Disponível em: <a href="https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/106/319">https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/106/319</a>. Acesso em: 31 mar. 2020.</p> <p>ASSMANN, Selvino José. <b>Filosofia e Ética.</b> 3. ed. rev. e atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília, CAPES: UAB, 2011. ISBN 9788561608743.</p> <p>BENNIS, Warren. <b>A essência do líder: o grande clássico de liderança.</b> Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.</p> <p>HARDINGHAM, Alison. <b>Trabalho em equipe.</b> São Paulo: Nobel, 2000.</p> <p>KAHANE, Adam. <b>Collaborating with the enemy: how to work with people you don't agree with or like or trust.</b> Oakland: Berrett-Koehler Publishers, 2017.</p>

(\*) CH – Carga horária total da unidade curricular em horas.

<b>Unidade Curricular: Tópicos Especiais II: Sustentabilidade, Tópicos Especiais II - Sustentabilidade, inovação</b>	<b>CH*: 30</b>	<b>Semestre: 1</b>
--	----------------	--------------------

<b>intraempreendedorismo</b>		
<p><b>Objetivos:</b> Refletir sobre os tópicos de sustentabilidade e inovação, assim como nos seus desafios e desdobramentos em instituições de EPT. Ao final da unidade o estudante será capaz de promover inovação, envolvendo a inteligência coletiva da equipe.</p>		
<p><b>Conteúdos:</b> Inovação: conceito, tipos, sistemas e marco regulatório. Design thinking. Gestão da inovação nas organizações de EPT. Sustentabilidade: conceito e dimensões; legislação aplicável ao setor público, gestão da sustentabilidade nas organizações de EPT. Inovação e sustentabilidade como valores e vetores de estratégia. Benchmarking: as melhores práticas em inovação e sustentabilidade nas organizações de EPT. Intraempreendedorismo: Fundamentos do empreendedorismo corporativo. Cultura organizacional. Criatividade e inovação. Comportamento intraempreendedor.</p>		
<p><b>Metodologia de Abordagem:</b> Analisar e aplicar, através de atividades práticas, as questões pertinentes à inovação e sustentabilidade em instituições de EPT.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <p>AGUNE, Roberto. <b>Dá pra fazer: gestão do conhecimento e inovação em governo.</b> São Paulo: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, 2014. 167 p. Disponível em: <a href="http://igovsp.net/sp/da-pra-fazer.pdf">http://igovsp.net/sp/da-pra-fazer.pdf</a>. Acesso em: 1 abr. 2020.</p> <p>BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. <b>Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P.</b> 5. ed. Brasília: Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental, 2009. Disponível em: <a href="https://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf">https://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf</a>. Acesso em: 1 abr. 2020.</p> <p>CAVALCANTE, Pedro. <b>Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil.</b> Brasília: Enap: Ipea, 2017. Disponível em: <a href="http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8086/1/Inova%C3%A7%C3%A3o%20no%20setor%20p%C3%ABlico_teor%C3%A7a_tend%C3%A7ncias%20e%20casos%20no%20Brasil.pdf">http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8086/1/Inova%C3%A7%C3%A3o%20no%20setor%20p%C3%ABlico_teor%C3%A7a_tend%C3%A7ncias%20e%20casos%20no%20Brasil.pdf</a>. Acesso em: 1 abr. 2020.</p> <p>DORNELAS, José. <b>Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa.</b> 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. 159 p., il. ISBN 9788521629269.</p> <p>MOURA, Adriana Maria Magalhães de. As compras públicas sustentáveis e sua evolução no Brasil. <b>Boletim regional, urbano e ambiental</b>, v. 7, jan./jun. 2013. Disponível em: <a href="http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5584/1/BRU_n07_compras.pdf">http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5584/1/BRU_n07_compras.pdf</a>. Acesso em: 1 abr. 2020.</p> <p>SANTOS, Adriana Paula Oliveira; RAPÔSO, Áurea; FARTES, Vera. <b>Ecopráticas na EPT: desenvolvimento, meio ambiente e sustentabilidade.</b> Maceió: Edifal, 2011. 92 p., il. (Novos autores da educação profissional e tecnológica). ISBN 9788598498140.</p>		

TERRA, José Cláudio Cyrineu. **10 dimensões da gestão da inovação**: uma abordagem para a transformação organizacional. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018. 317 p., il. Bibliografia: p. 313-317. ISBN 9788550803500.

#### Bibliografia Complementar:

BELLEN, Hans Michael van. Desenvolvimento Sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. **Ambiente & Sociedade**, v. 7, n. 1, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n1/23537.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

DIAS, Reinaldo; ZAVAGLIA, Tércia; CASSAR, Maurício. **Introdução à administração**: da competitividade à sustentabilidade. 3. ed. rev. Campinas, SP: Alínea, 2013. 250 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 9788575166659.

GRAY, David. **Gamestorming**: jogos corporativos para mudar, inovar e quebrar as regras. Rio de Janeiro: Alta Books, 2012. xvii, 264p., il., 24 cm. ISBN 9788576086093 (broch.).

KOHN, Ricardo. **Ambiente e sustentabilidade**: metodologias para gestão. Rio de Janeiro: LTC, 2015. 607 p. ISBN 9788521627319.

MANZINI, Ezio. **Design para a inovação social e sustentabilidade**: comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. 103 p. Inclui bibliografia. ISBN 9788576501701.

(\*) CH – Carga horária total da unidade curricular em horas.

#### 4.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

São consideradas atividades complementares as atividades suplementares e afins às demais atividades acadêmicas de determinado curso. A sua caracterização e obrigatoriedade – aos cursos de graduação – encontram-se expressos no Parecer CES/CNE no 67/2003 e também na Resolução CES/CNE no 2/2007.

Nestes termos, não se prevê a adoção de atividades complementares na grade curricular do presente curso.

#### 4.5 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Durante o desenvolvimento do curso a avaliação ocorrerá de forma contínua e processual. O docente, sujeito responsável pela mediação direta com o aluno neste curso, deverá acompanhar e verificar, por meio da participação dos estudantes, o desempenho, as competências e habilidades adquiridas; seus avanços e/ou dificuldades.

A avaliação dos estudantes será realizada como parte integrante do processo educativo e acontecerá ao longo do curso de modo a permitir a reflexão-ação-reflexão da aprendizagem e a apropriação do conhecimento, resgatando suas dimensões diagnóstica, formativa, processual e somativa. Desta forma, a avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico, a orientação e a reorientação do processo de ensino e aprendizagem, visando à construção dos conhecimentos.

Para assegurar que a avaliação da aprendizagem seja contínua e processual, cada unidade curricular deve prever em seu plano de ensino pelo menos duas avaliações a serem realizadas pelo aluno no AVEA, além da avaliação presencial, devendo estas serem, preferencialmente, realizadas de forma integrada com outra(s) Unidades curriculares e com aplicação prática ao contexto da gestão administrativa de instituições públicas de EPT. O professor deve apresentar, no Plano de Ensino, os critérios de correção e as atividades de recuperação da aprendizagem.

Na educação a distância, o modelo de avaliação do estudante deve considerar seu ritmo e estilo de aprendizagem de forma a ajudá-lo desenvolver desempenhos ascendentes de competências, descritas por conhecimentos, habilidades e atitudes observáveis no contexto da EPT, possibilitando-lhe alcançar os objetivos propostos no curso.

Os instrumentos de avaliação serão diversificados e deverão constar no plano de ensino de cada unidade curricular, estimulando o estudante à: pesquisa, extensão, reflexão, iniciativa, criatividade, laboralidade e cidadania. Entre as possibilidades de avaliação estão todas as ferramentas disponibilizadas pelo moodle, como questionários, participação em fóruns, glossário, etc.

O aproveitamento acadêmico de cada componente curricular será verificado conforme os seguintes termos:

- a) O resultado da avaliação final será registrado por valores inteiros de 0 (zero) a 10 (dez).
- b) O resultado mínimo para aprovação em um componente curricular é 6 (seis).
- c) Ao aluno que comparecer a menos de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária estabelecida no PPC para o componente curricular será atribuído o resultado 0 (zero).
- d) O registro parcial de cada componente curricular será realizado pelo professor no diário de classe na forma de valores inteiros de 0 (zero) a 10 (dez).

e) A avaliação será realizada, em cada componente curricular, considerando os objetivos propostos no plano de ensino.

A nota final de cada Unidade Curricular será calculada e composta da seguinte forma:

- 51% avaliação presencial
- 49% avaliações a distância

Para cada um dos tipos de avaliação citados acima haverá atividades de recuperação específicas e na mesma modalidade (on line ou presencial) que poderão substituir apenas a nota de cada avaliação original e não toda a nota final da Unidade Curricular.

O aluno terá nova oportunidade de prestar atividades de avaliação não realizadas por motivo de doença ou por falecimento de familiares, convocação do judiciário e do serviço militar ou em razão de convocação ou compromisso de trabalho, desde que:

I - comunique em até 3 (três) dias úteis, contados do início do afastamento o motivo do impedimento à Secretaria Acadêmica ou quando curso EAD no polo/NEAD;

II - encaminhe em até 2 (dois) dias letivos contados do final do afastamento, um requerimento protocolado na Secretaria Acadêmica ou quando curso EAD no polo/NEAD, direcionado à Coordenadoria de Curso, com os documentos comprobatórios do impedimento. Parágrafo único. Para comprovação de ausência por motivo de saúde, somente será aceito o atestado médico.

Será permitida a revisão de atividade de avaliação, por solicitação do aluno, quando discordar da correção realizada pelo professor. O aluno deverá requerer a revisão de atividade de avaliação por meio de requerimento dirigido à Coordenadoria de Curso, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado da avaliação pelo professor, explicitando em quais questões da avaliação o aluno se sente prejudicado, com a devida justificativa.

A Coordenadoria de Curso constituirá e coordenará banca, composta de dois professores da área específica, a qual revisará a avaliação e emitirá relatório justificando sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

O professor da atividade de avaliação submetida à revisão deverá fornecer à banca examinadora os objetivos e os critérios da avaliação em questão. A banca

analisará a avaliação quanto ao seu conteúdo e sua estrutura didática, no que diz respeito à clareza, adequação das questões aos objetivos e critérios propostos e terá autonomia para alterar o resultado.

É vedada a presença do aluno requerente e do professor responsável pela elaboração ou correção da avaliação nos trabalhos da banca de revisão.

De acordo com a RDP, o requerimento deverá indicar a data e horário das atividades de avaliação não realizadas, o componente curricular e o nome do professor. Seguindo o que preconiza a legislação para a oferta de curso na modalidade a distância, e também o estabelecido no Regulamento da Pós-graduação do IFSC, a avaliação de maior peso em cada componente curricular será realizada presencialmente, bem como a defesa do TCC ser realizada presencial ou à distância, levando em consideração: a participação do estudante nas atividades síncronas; a participação do estudante nas atividades online e assíncronas; a execução e entrega das tarefas propostas nos prazos estabelecidos; as atividades escritas de caráter individual e presencial.

#### 4.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), caracterizado pela interdisciplinaridade, visa estimular as aptidões intelectuais do aluno a partir dos conhecimentos construídos ao longo do curso, aplicados sob a ótica da gestão de projetos e centrados na observação de arranjos produtivos relacionados a área de atuação do curso. O TCC tem como finalidade propor soluções para problemas de gestão reais. Para tanto, os alunos deverão:

- a) delimitar um problema de pesquisa relacionado à gestão pública no âmbito da EPT;
- b) considerar uma alternativa de solução ao referido problema e abordá-la utilizando a teoria e as ferramentas de gestão de projetos;
- c) a partir da abordagem sugerida, construir um relatório técnico estruturado com aproximadamente 20 páginas (considerando o formato A4, letra tamanho 12, e espaçamento de 1,5) ou, alternativamente,
- d) elaborar um artigo científico que retrata a abordagem escolhida e a síntese dos resultados, com aproximadamente 15 páginas (considerando o formato A4, letra tamanho 12, e espaçamento de 1,5).

Com a duração de 30 (trinta) horas, o TCC deverá ser realizado nos prazos estabelecidos pelo cronograma do curso, de maneira individual ou em dupla e deverá ser avaliado por uma banca avaliadora, sob a orientação de um professor orientador. A banca avaliadora é composta de, pelo menos, três pessoas com titulação mínima requerida de especialista.

Para apresentar o TCC, o discente deverá ter integralizado todos os créditos ou carga horária total de disciplinas do curso e poderá ser apresentado no prazo máximo de até 06 (seis) meses após a integralização de todos os créditos ou carga horária total de disciplinas do curso.

Após a defesa, a versão final aprovada do TCC deverá ser disponibilizada em versão digital e entregue ao IFSC no prazo máximo de 1 (um) mês após sua apresentação.

#### 4.7 ATIVIDADES DE EAD

O aluno do curso da EaD poderá utilizar de toda a infraestrutura disponibilizada nos núcleos de educação a distância dos câmpus do IFSC. As atividades de mediação e interação deste curso serão realizadas pelos próprios docentes responsáveis pelas unidades curriculares, sem a presença obrigatória de tutores. Nesse sentido, os professores realizarão por meio da comunicação síncrona e assíncrona todas as orientações para o desenvolvimento a contento das atividades planejadas durante o processo formativo.

Nos ambientes virtuais de aprendizagem a interação ocorre por meio de dispositivos que permitem a comunicação tanto de forma síncrona, quanto assíncrona, possibilitando a criação de diferentes orientações, intervenções e mediações que possibilitam a dialogicidade e a interação entre os atores envolvidos nesse processo.

As ferramentas do moodle também possibilitam atendimento individualizado, já que o aluno pode tirar suas dúvidas com o professor a qualquer momento, fazendo uso das ferramentas fórum e mensagem, por exemplo. Professor e aluno também podem agendar diálogo via chat, possibilitando o diálogo de forma síncrona, caso seja necessário.

Segundo Lampert (2009), o uso da internet, especificamente do computador, configura-se como um poderoso veículo de comunicação e instrumento pedagógico do qual o professor de qualquer nível de ensino poderá lançar mão para incentivar os

alunos e ressignificar o processo ensino e aprendizagem, tornando-o mais dinâmico e atrativo.

Cabe destacar que o uso das tecnologias da informação e comunicação permite aos professores vivenciarem diferentes maneiras de mediar as situações de ensino e aprendizagem, além de possibilitar a criação de novos e diversificados procedimentos didáticos.

Neste curso especificamente os professores realizarão aulas e atividades síncronas por meio de webconferências quinzenais e poderão, ainda, realizar a mediação e intervenção por meio das atividades de estudos e instrumentos de avaliação da aprendizagem no AVEA, que envolvem: fóruns, chats, objetos de aprendizagem, questionários objetivos e/ou dissertativos, enquetes, wiki, glossário, blog, estudo de caso, portfólio, mapas conceituais, produção de mídias visuais ou auditivas, MOOCs, midiateca, entre outros.

#### 4.8 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE UNIDADES CURRICULARES CURSADAS ANTERIORMENTE

Considera-se aproveitamento de estudos a equivalência de componente(s) curricular(es) dos cursos presenciais e à distância já cursado(s) anteriormente pelo discente em outros cursos de nível semelhante, com componente(s) curricular(es) da Estrutura Curricular do Curso.

Entende-se por componente curricular já cursado aquele em que o discente obteve aprovação, sendo permitido o aproveitamento de estudos de componente(s) cursado(s) em Curso de pós-graduação nesta ou em outra(s) IES, desde que não ultrapasse 30% (trinta por cento) do total de horas do Curso.

O aproveitamento de estudos somente poderá ser feito quando os componentes tiverem sido cursados nos últimos 05 (cinco) anos.

No tocante ao(s) componente(s) cursado(s) em outras IES, no histórico escolar do discente deverão ser observadas as seguintes normas: serão computados os créditos ou horas-aula equivalentes, na forma disposta nos artigos 17, 18 e 19; será anotado o conceito indicativo da aprovação; será feita menção à IES onde cada componente foi cursado, o nome e a titulação do corpo docente responsável.

A avaliação da equivalência será feita por uma comissão designada pelo Coordenador de Curso, contendo no mínimo dois docentes incluindo o(s) docente(s) do

curso responsável(is) pelo(s) componente(s) curricular(es) a ser(em) avaliado(s).

#### 4.9 INCENTIVO A PESQUISA, A EXTENSÃO E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

O Trabalho de Conclusão de Curso consiste na realização de pesquisa sob a orientação docente, que possibilite uma reflexão e eventual implementação de ferramenta ou técnica no escopo de sua área, atuação ou formação profissional.

Nesse vértice, no contexto da produção científica e tecnológica, existe a possibilidade de haver a seleção dos melhores trabalhos e, caso haja Edital de Publicação de Livro/IFSC (impresso ou e-book), pode ser efetivado um projeto para tal finalidade. Independente desta situação, orientadores juntamente aos seus orientandos, poderão publicar seus trabalhos em periódicos da área ou mesmo eventos correlatos.

A produção de conhecimento, especialmente tecnológico e a articulação com as comunidades em que os campi estão inseridos é motivo para o incentivo à pesquisa e à extensão.

O IFSC dispõe a cada ano de editais de apoio à participação em eventos, para seus servidores e alunos, este é um incentivo para a sistematização de novos saberes em cumprimento à nossa missão.

A Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão – SEPEI e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT, são exemplos de dois grandes eventos de divulgação científica e tecnológica que o IFSC promove todos os anos, além disso, uma grande quantidade de eventos patrocinados, apoiados ou incentivados pela instituição, estimulam servidores e alunos à produção e apresentação de trabalhos.

Para os alunos desse curso, além da participação nos já citados eventos, estimular-se-á a produção de material didático para atuação nas salas multimeios e atendimento educacional especializado, bem como material e estratégias envolvendo educação especial e inclusiva, estimulando o uso de tecnologias assistivas, como estratégia de permanência e êxito dos processos educativos.

Poderá haver eventos presenciais ou virtuais, como seminários e webinários, para a apresentação e compartilhamento de trabalhos dos estudantes do curso

## 5 CORPO DOCENTE E TUTORIAL

### 5.1 COORDENADOR DO CURSO

O curso será coordenado pelo(a) Professor(a) Amilton Luiz Rabello, Mestre em Educação, Especialista em Organização, Sistemas e Métodos e Graduado em Administração de Empresas. Professor DE da área de Gestão Pública, lotado no Cerfead/Proen. E-mail: amilton@ifsc.edu.br Telefone: (48) 31318813

Para atribuições e responsabilidades da Coordenação do Curso, observar os Artigos 11 e 12 da Resolução CEPE/IFSC n.48/2018 (IFSC, 2018).

### 5.2 VICE-COORDENADOR DO CURSO

Não se aplica.

### 5.3 SECRETÁRIO DO CURSO

Não se aplica. O curso será secretariado pela secretaria e registro acadêmico do Cerfead.

### 5.4 CORPO DOCENTE INTERNO

Docente	Titulação/Instituição		Unidade Curricular
	Graduação	Pós-graduação	
Nilo Otani	Administração (PUC/SP)	Mestrado: Administração (UFSC) Doutorado: EGC (UFSC) Pós Doc: Business (FCU-FL/USA)	Introdução a EaD e Ambiente Virtual de Aprendizagem (15h) Gestão de Projetos (45h)
Amilton Rabello	Administração (UNIVALI)	Especialização: Organização, Sistemas e Métodos Mestrado: Educação (UNICAMP) Mestrado em Engenharia Elétrica (UFSC) Doutorado em Educação (UNB)	Introdução a Gestão Pública na EPT (45h) Gestão de Orçamento Público, bens e serviços (45h) Relacionamento Interpessoal (30h)
Fabiana Gramkow	Administração (UFSC)	Doutorado em Gestão do Conhecimento/UFSC Mestrado em Engenharia de Produção//UFSC	Tópicos Especiais I: Sustentabilidade, inovação e intraempreendedorismo (30h)

			Gestão de Pessoas (45h) Governança Pública (30h)
Érico Madruga	Direito (UFSC)	Mestrado: Administração Universitária (UFSC)	Gestão de Orçamento Público, bens e serviços (45h) Tópicos Especiais II: Direito Administrativo na EPT (15h)
Giselle Coelho	Direito (UFSC) Administração (UDESC)	Mestrado: Administração (UDESC)	Tópicos Especiais II: Direito Administrativo na EPT (15h) Gestão de Projetos (45h)
Silvana Pinheiro e Silva	Administração (UFSC)	Mestrado em Engenharia de Produção//UFSC	Relacionamento Interpessoal (30h) Governança Pública (30h)
Olivier Allain	Letras (UFSC)	Mestrado (UFSC) Doutorado (UFSC)	Introdução a Gestão Pública na EPT (45h)
Paulo Roberto Wollinger	Engenharia Elétrica (UFSC)	Mestrado em Engenharia Elétrica (UFSC) Doutorado em Educação (UNB)	Introdução a Gestão Pública na EPT (45h)

#### 5.5 CORPO DOCENTE EXTERNO

Não se aplica.

#### 5.6 COLEGIADO DO CURSO

Não há colegiado do curso, porém as decisões coletivas serão tomadas nas reuniões com os professores da área de gestão pública com a participação de todos os docentes, para garantir a legalidade e legitimidade dessas decisões em eventuais processos com estudantes (como já tiveram).

## **6 INFRAESTRUTURA FÍSICA**

### **6.1 INSTALAÇÕES GERAIS E EQUIPAMENTOS**

O CERFEAD conta com uma ótima estrutura para Educação a Distância, recentemente avaliada pelo MEC, quando recebeu nota quatro (numa escala de um a cinco), a saber: secretaria e registro acadêmico, coordenação de curso, apoio administrativo e equipe multidisciplinar, equipe pedagógica, equipe de limpeza e conservação, biblioteca e cozinha para apoio a refeições rápidas.

Além de sala de aula, sala de professores, salas de reuniões, estúdios para webconferências e gravação de vídeo aulas e espaços para atendimento a alunos.

Por se tratar de um curso ofertado na modalidade a distância, as necessidades para funcionamento são:

#### **1. Infraestrutura de TI:**

Compreende: gerenciamento técnico do Moodle: especialmente quanto ao ambiente virtual, o Centro de Referência utiliza a plataforma moodle do IFSC. Esse ambiente possibilita a interação, colaboração e integração de todos os atores envolvidos no processo de capacitação, por meio do uso de seus diversos recursos. Permite o gerenciamento pedagógico e acadêmico; inserção no moodle de conteúdos e atividades de estudos, objetos de aprendizagem para o desenvolvimento das unidades curriculares; acompanhamento do desenvolvimento do curso e do aproveitamento e participação dos alunos por meio da plataforma.

#### **2. Infraestrutura para produção dos materiais didáticos:**

Compreende: a criação de vídeos, guias, materiais didáticos e mídias ocorrerá com o apoio da equipe de produção de materiais didáticos e dos professores do Cerfead; será usada uma sala de reuniões do Centro de Referência para as reuniões pedagógicas do curso

### **6.2 POLOS DE APOIO PRESENCIAL OU ESTRUTURA MULTICAMPUS (PARA CURSOS EAD)**

O curso de Pós-Graduação em Gestão Pública na ETP será ofertado na

modalidade a distância, o entanto, conforme determina a Resolução 22/2013, do Conselho Superior do IFSC, os núcleos de educação a distância serão espaços destinados ao desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas relativas à oferta dos cursos à distância de cada Campus, dessa forma os alunos deste curso poderão usufruir da infraestrutura disponibilizada nesses espaços durante o seu processo formativo.

Destaca-se que atualmente o IFSC conta com os Núcleos de Educação a Distância (NEaDs) devidamente habilitados e todos apresentam a seguinte infraestrutura que poderá ser utilizadas no processo de ensino e aprendizagem dos alunos: sala de coordenação, sala de tutoria, sala de aula, sala de videoconferência, laboratório de informática e biblioteca e equipamentos tais como computadores, webcam, equipamento de videoconferência, projetor multimídia, internet de no mínimo 2Mbs e mobiliário que garantem suprir as necessidades de infraestrutura tecnológica para o estudante da EaD.

Para cada oferta do presente curso, será realizada uma consulta aos Nead's interessados considerando, ainda, a pesquisa de demanda de interesse regional realizada pela Diretoria de Gestão de Pessoas do IFSC e outras pesquisas de demanda dos eventuais parceiros.

### 6.3 SALA DE TUTORIA (PARA CURSOS EAD)

Será utilizado o AVEA-Moodle como ambiente de aprendizagem e interação entre docentes e discentes. Mas caso o aluno necessite de orientações específicas essas poderão ser realizadas por meio do e-mail, no AVEA e também nos núcleos de educação distância que dispõem além da sala de tutoria de outros ambientes adequados para otimizar o processo de ensino e aprendizagem que apresentam infraestrutura tecnológica e física, tais como: computadores ligados a internet com webcam, mobiliário como cadeiras, carteiras e outros que apresentam os requisitos de limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários à atividade desenvolvida.

### 6.4 SUPORTES MIDIÁTICOS (PARA CURSOS EAD OU PARA CONTEMPLAR OS 20% DA CARGA HORÁRIA EM EAD NOS CURSOS PRESENCIAIS)

Para o desenvolvimento das atividades de ensino e aprendizagem serão necessários:

1. Sala de webconferência para o desenvolvimento de atividades presenciais das unidades curriculares. A utilização desta tecnologia otimiza em tempo real o processo de comunicação entre professores e alunos e entre os alunos.
2. Estúdio de gravação de vídeo aulas para a produção de aulas expositivas, orientações para atividades avaliativas e outras finalidades.
3. Sala de aula (AVEA) de na plataforma moodle do IFSC para o desenvolvimento e postagem de conteúdos e atividades de estudos e avaliativas das unidades curriculares. Destaca-se que o ambiente virtual de ensino e aprendizagem oferece um conjunto de ferramentas computacionais que permitem a criação e o gerenciamento de cursos a distância, potencializando processos de interação, colaboração e cooperação e reunindo, numa única plataforma, possibilidades de acesso online, de todos os sujeitos participantes do curso cursos, tais como chat, fórum, mensagens privadas e outras atividades.
4. Laboratório de informática nos núcleos de educação a distância para utilização dos alunos caso necessitem para o desenvolvimento das atividades do curso e realização das avaliações presenciais.

## 6.5 BIBLIOTECA

O CERFEAD conta com uma biblioteca, todavia os alunos têm acesso a todas as bibliotecas dos Câmpus do IFSC. Uma vez matriculados, poderão retirar livros em quaisquer bibliotecas, especialmente a que lhes for mais conveniente, ou daquele Campus em que está matriculado no NEAD. O acervo total do IFSC está à disposição dos alunos, todavia, os materiais instrucionais, sempre procuram disponibilizar livros digitais, para que sejam baixados no computador pessoal do aluno ou leitor eletrônico de livros (e-book).

Considera-se a possibilidade de contar com os seguintes acervos dos campus do IFSC: 1-Acervo geral da biblioteca do sistema IFSC e Acervo virtual: Livros; Periódicos.

Publicações do IFSC: A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPPi) mantém um Programa Institucional de incentivo à publicação de livros e impressos do IFSC, sob a responsabilidade de uma Coordenação de Publicações/Editora, que tem, entre outras, as seguintes atribuições: Executar as atividades editoriais de publicações científicas e técnicas do IFSC; Coordenar as atividades editoriais e elaborar editais para publicações. Essa coordenação cuida de todo

o processo de produção, circulação e distribuição do material impresso. Assim que são editados alguns exemplares são encaminhados para a biblioteca Nacional, para as universidades Brasileiras, Institutos Federais e todos os câmpus do IFSC. O programa visa ao lançamento de livros impressos para distribuição gratuita. São OBJETIVOS da Coordenadoria de Publicação: - Propiciar à instituição um instrumento de formulação de política de incentivo à publicação impressa da produção intelectual, divulgando e valorizando o nome do IFSC. - Incentivar a produção de material didático e da EPCT focado na realidade dos cursos do IFSC - Contribuir para a formação de recursos humanos. - Estimular a comunidade do IFSC a publicar sua produção científica, tecnológica e artístico Cultural. O IFSC tem um Selo de Publicação e já soma com 81 títulos publicados. Alguns desses títulos estão disponíveis online no site. Outras publicações:

### **1 – Revista da EJA**

A Revista EJA em Debate é um periódico do Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica de Santa Catarina – IFSC. Seu primeiro número foi lançado em 2012. É semestral e tem publicações na versão impressa e eletrônica. É resultado de ação coletiva que reúne profissionais e pesquisadores ligados à área da Educação de Jovens e Adultos (EJA e PROEJA). Após um ano de publicação, a revista recebeu a avaliação B4, do Programa Web Qualis da CAPES.

### **2 – Revista Técnico-Científica do IFSC**

Tem como proposta a publicação de artigos de caráter teórico ou aplicado, de pesquisas científicas e tecnológicas nas áreas de estudo desenvolvidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Seu primeiro exemplar foi publicado em 2010, publicada em formato digital no Portal de Periódicos do IFSC e também terá exemplares impressos.

### **3 – Caderno de Publicações Acadêmicas**

Tem como objetivo publicar artigos desenvolvidos por alunos das áreas de Automação, Radiologia, Telecomunicações, Gastronomia, Serviço Público, Eletromecânica e Mecatrônica. Sua missão é oferecer à sociedade informações de tudo o que foi desenvolvido nas áreas tecnológicas. Publicações desde 2009.

#### **4 – Revista Caminho Aberto**

É uma revista interdisciplinar, editada pelo IFSC, de periodicidade anual divulgando projetos e ações de extensão relacionadas com o mundo do trabalho e em articulação com os diversos segmentos sociais, com apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas.

Além disso, o curso utilizará e indicará obras disponíveis em repositórios públicos com grande volume de livros digitais na área de gestão pública, tais como Educapes e Repositório da ENAP.

### **7 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO**

A avaliação do curso será realizada de modo colaborativo e envolverá professores, alunos e equipe multidisciplinar. Será realizada através de diferentes instrumentos e metodologias, considerando as normatizações estabelecidas pelo Sinaes, bem como as informações trazidas pela Comissão Própria de Avaliação. A intenção será de avaliar o curso como todo, desde a estrutura curricular e de projeto pedagógico, até a avaliação de desempenho dos atores envolvidos.

A avaliação de desempenho dos professores, e equipe de tutoria quando for o caso, será realizada pelos estudantes ao final de cada unidade curricular em formulário específico, quando serão avaliados aspectos relacionados à articulação teoria e prática, atividades pedagógicas, capacidade de motivação, apresentação de plano de ensino, dentre outros.

A cada semestre letivo a Coordenação do Curso em parceria com a equipe pedagógica promoverá reunião pedagógicas de avaliação do curso, onde cada professor relatará suas atividades, desafios e avanços, tanto em relação a sua atuação como no andamento das atividades junto aos estudantes.

Para além das reuniões, será aplicado questionário de avaliação ao fim de cada Unidade Curricular (UC), com objetivo de avaliar material didático, mediação docente, interação professor/estudante, estudante/estudante e andamento geral da UC. Bem como será aplicado questionário de avaliação geral do curso no último semestre letivo, para avaliar ambiente virtual de ensino e aprendizagem, material didático, interação e

mediação, comunicação, quadro docente e equipe multidisciplinar, infraestrutura e melhorias a serem realizadas.

Essas informações, além de contribuir para a avaliação dos professores e alunos, permitirá colher subsídios para a revisão do PPC do Curso.

## **8 AUTORIZAÇÃO DA OFERTA DO CURSO**

O curso está aprovado pela RESOLUÇÃO CEPE/IFSC Nº 53 DE 01 DE SETEMBRO DE 2016. Revisado e alterado pela RESOLUÇÃO CEPE/IFSC Nº 087 DE 13 DE SETEMBRO DE 2018.

## **9 ANEXO**

Não se aplica.